

A GEOGRAFIA HUMANISTA ANGLO-SAXÔNICA – DE SUAS ORIGENS AOS ANOS 90*

Werther Holtzer**

INTRODUÇÃO

Este artigo procura delimitar o campo de estudos da geografia humanista de seus antecedentes, na década de 50, aos dias de hoje.

Procuramos deixar de lado modelos que classificam as ciências humanas a partir da idéia de paradigma ou de outras correlatas, como enunciaram Kuhn (1962), Popper (1972) ou Lakatos (1978). Optamos por utilizar como referência a proposta de um enfoque contextual (Johnston, 1986 A), que sugere que os conteúdos de uma determinada disciplina vão refletir as demandas da sociedade. Esse enfoque pode ser complementado pela proposição de que os coletivos de pensamento têm uma organização anárquica onde os indivíduos, constituídos em pequenos grupos (coletivos ou grupos de interesse), se unem em torno de um objetivo comum (Feyerabend, 1970).

São poucos os trabalhos que inventariaram a geografia humanista, e o fizeram sempre a

partir de uma perspectiva ou período de tempo demasiadamente restrito, o que dificulta a delimitação de seu campo, que muitas vezes é confundido com o da "geografia da percepção e do comportamento" ou com estudos de "percepção ambiental".

Nosso convite é que deixemos nos levar pela riqueza dos contextos, das individualidades e contradições que vão compor essa geografia que ainda tem muita *Terrae Incognitae* para ser explorada.

A geografia humanista começou a ser gestada, como disciplina, nos Estados Unidos ao final da Segunda Guerra Mundial. Como observa Mikesell (1986), a disciplina nessa época teve um expressivo aumento no número dos alunos, gerando a contratação de novos professores e a criação de novos cursos. Esses fatos levaram a uma estruturação da geografia norte-americana a partir de campos temáticos, com uma proliferação de subcampos.

A formação desses primeiros geógrafos do pós-guerra, segundo Mikesell (1986), estava

*Recebido para publicação em 07 de janeiro de 1993.

**Arquiteto (1984), Bacharel em Comunicação Social (1990), Professor de Projeto Urbano da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense - UFF - e Mestre em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), com dissertação da qual deriva este artigo.

voltada para a compreensão dos diversos fenômenos relativos à disciplina (urbanos e rurais, físicos e biológicos, etc.), para a compreensão dos processos históricos e para as técnicas que instrumentalizavam a disciplina. Sua obrigação fundamental seria a de compreender os pontos, linhas e áreas dos mapas.

Esse retrato nos revela um geógrafo ainda voltado para os padrões clássicos da disciplina, apesar dos trabalhos precursores de Christaller, Lösch e Werber. Mikesell (1986) comenta ainda que somente com a publicação de "Location and Space Economy" de Isard (1956), e do manifesto de Kuhn (1962) acerca do desenvolvimento das ciências a partir de paradigmas, os novos geógrafos se sentiram como integrantes de um novo paradigma que revolucionaria a disciplina - a geografia analítica.

Apesar do clima de euforia inicial, provocado pela geografia analítica nos meios geográficos norte-americanos, a esperada revolução da disciplina não se confirmou em muitos aspectos. Mikesell (1986) faria uma consideração fundamental a esse respeito: a de que a nova geografia se instalara em alguns subcampos importantes e acabara com o projeto hartshorniano de uma geografia regional autóctone, mas não fora capaz de ocupar os campos já tradicionais da geografia histórica e da geografia cultural. Seria nesses campos que se gestaria a geografia humanista.

AS ORIGENS DA GEOGRAFIA HUMANISTA

Carl Sauer e sua contribuição na formação da geografia humanista

Não podemos nos referir à geografia cultural sem citar a obra de Carl Sauer. Por sua vez, é difícil falarmos na geografia humanista sem nos reportarmos, em algum momento, à geografia cultural. Os temas favoritos de ambos os campos têm muitos aspectos em comum. Estão entrelaçados. Razão que nos leva a investigar a importância de Carl Sauer para o surgimento de uma geografia humanista.

Seria em "The Morphology of Landscape", publicado em 1925 (Sauer, 1983 A), que Sauer

lançaria os pilares de sua obra e da própria geografia cultural. Ali seriam delimitados três campos distintos para a geografia: o estudo da terra como meio de processos físicos; o estudo das formas de vida como sujeito de seu ambiente físico; e o estudo da diferenciação de áreas ou de habitats da terra. Este último campo, do estudo da diferenciação de áreas, seria o mais valorizado pelos geógrafos norte-americanos.

Para efeito deste artigo, a questão da diferenciação de áreas tem interesse limitado, enquanto que a questão da fenomenologia da paisagem e do método proposto pelo autor para captar o significado e a riqueza dessa diferenciação são de grande importância. Os próprios humanistas destacariam essas características dos trabalhos de Sauer. Buttimer (1976) citaria a proposta do autor para a descrição da paisagem como um exemplo da reflexão sobre o significado experiencial da ocupação da terra pelo homem.

Essa valorização seria, em outras palavras, a do mundo vivido, e pode ser atribuída à importância dada por Sauer, em seu "The Morphology of Landscape", à visão fenomenológica da ciência. Para o autor, toda a ciência poderia ser considerada como fenomenologia. A geografia teria, neste contexto:

"O papel concebido como sendo o estabelecimento de um sistema crítico que incluía a fenomenologia da paisagem, de modo a captar todos os significados e cores do variado cenário terrestre" (Sauer, 1983 A, p. 320).

O resultado dessa concepção seria o de uma geografia não-positivista, que observava os objetos contidos na paisagem em suas inter-relações, e que propunha uma visão integral (ao mesmo tempo individual e genérica, física e humana) dos fatos do lugar. O termo paisagem, segundo o autor (Sauer, 1983 A), fora escolhido justamente porque definia a área moldada pela associação de formas distintas, tanto físicas quanto culturais. A paisagem era assim utilizada como uma unidade dialética da expressão cultural, que se prestava à integração de todos os fenômenos abordados pela geografia a partir da valorização da habitat do homem.

Muitas das questões abordadas por Sauer em "The Morphology of Landscape" foram fundamentais para a geografia cultural norte-americana, entre as quais destacamos: a

valorização da relação do homem com a paisagem, que é por ele formatada e transformada em hábitat, e a visão integral da paisagem como característica que individualiza a disciplina.

A geografia humanista também se apóia nesses temas, diferenciando-se da primeira por enfatizar o mundo vivido e a intencionalidade humana como fator de modificação e de ligação com o hábitat.

A questão que mais aproxima as duas tradições geográficas é, com certeza, a sua insistência em afirmar que a geografia está "além da ciência". Para Sauer, ainda em "The Morphology of Landscape":

"A melhor geografia nunca deixou de contemplar as qualidades estéticas da paisagem para a qual não conhecemos outro método que não seja subjetivo" (Sauer, 1983 A, p. 344).

Sobre o mesmo assunto o autor seria mais afirmativo em "The Education of a Geographer":

"Além de tudo o que pode ser transmitido pela instrução e que pode ser dominado mediante técnicas, se encontra o domínio da percepção e da interpretação individual, a arte da geografia. A geografia regional verdadeiramente boa é arte refinadamente figurativa, e a arte criativa não está circunscrita a padrões ou a métodos" (Sauer, 1983 B, p. 403).

Junte-se a isso sua recusa em aceitar os ditames da geografia quantitativa, que foi manifestada com a publicação de "The Education of a Geographer" em 1956, e mantido até em seus últimos artigos como "On the Background of Geography in the United States", de 1967, onde alertaria:

"Uma humanidade massificada está para ser submetida a símbolos matemáticos e a funções de relações espaciais. Eu não acredito que esta sofisticação seja um conceito válido, nem que isso dê graça e verdade à imaginação geográfica" (Sauer, 1981, p.244).

Outra questão levantada por Sauer desde 1925 era a da dimensão temporal envolvida nos fenômenos espaciais abordados pelos geógrafos, e sua preocupação "ecológica" para com o destino das culturas e da humanidade.

No entanto, uma diferença fundamental entre as duas geografias deve ser destacada. Trata-se da ênfase, dada pela geografia cultural, ao caráter coletivo da cultura e, por ex-

tensão, das percepções e das vivências. Esse aspecto seria especialmente criticado por Duncan (1980) ao estudar o caráter superorgânico atribuído à cultura pelos geógrafos culturais.

Apesar disso, como já observaram autores como Mikesell (1978), Lévy (1981) e Ley (1981) a geografia humanista é herdeira direta da geografia cultural, e particularmente das idéias de Sauer. Alguns de seus principais expoentes tiveram formação culturalista, como Relph e Tuan. Além disso, a geografia cultural manteve vivos, durante a maré analítica na geografia, o culturalismo, o antropocentrismo e, principalmente, o respeito pela diversidade de temas, o que permitiu aos geógrafos incursões por campos mais amplos que os oferecidos tanto pela geografia tradicional quanto pela geografia analítica.

John Kirtland Wright e a imaginação geográfica

Diversamente de Sauer, que teve influência difusa sobre os geógrafos que proporiaram a geografia humanista, Wright teve uma influência direta. Como veremos adiante, seu discurso presidencial pronunciado por ocasião da 43ª Reunião Anual da "Association of American Geographers", em 30 de dezembro de 1946 (Wright, 1947), seria recuperado quinze anos mais tarde por Lowenthal (1961), que procuraria dar continuidade e aprofundar as questões ali levantadas.

Wright foi incansável divulgador da geografia. Seu trabalho de graduação (1913) versava sobre a história européia, enquanto que sua tese de doutorado, defendida em Cambridge (1922), discorria sobre a geografia muçulmana medieval. Foi, também, durante quase 20 anos (1920-1937) editor da "American Geographic Society". Sua preocupação com a história da geografia pode ser evidenciada, por exemplo, em seu "Atlas of Historical Geography in the United States" publicado em 1923, que está entre as muitas obras do autor dedicada ao tema.

Compreendemos, então, que o citado discurso, publicado no "Annals of AAG" em 1947, com o título de "Terrae Incognitae: the place of imagination in geography" (Wright, 1947), sintetiza preocupações que o autor demonstrava ter desde a década de 20, como, por

exemplo a de conhecer outras geografias que não a institucionalizada.

Em "Terrae Incognitae" Wright reconheceria a existência de terras incógnitas literais e simbólicas, observando que se hoje não mais existem as literais, a curiosidade nos leva a explorar locais que pessoalmente não conhecemos - as terras incógnitas pessoais. O sentido dessas terras incógnitas variaria segundo o conhecimento disponível, possuindo, segundo o autor, dois graus distintos na geografia:

"... o conhecimento de fatos observados e o conhecimento derivado de uma interferência dos fatos observados, ..." (Wright, 1947, p. 3).

Segundo esse ponto de vista, todos possuem imaginação geográfica, cabendo ao geógrafo estar sensível às terras incógnitas simbólicas, e a investigação geográfica convertê-las de *terrae incognitae* da ciência em *terrae cognitae* científica, e o da educação geográfica converter as *terrae incognitae* pessoais em *terrae cognitae* pessoais.

Em ambos os casos caberia à imaginação geográfica tornar as imagens mentais em uma nova visão, uma nova criação. Essa concepção implicava a valorização da subjetividade, que o autor não via como antítese da objetividade, mas como:

"Uma disposição mental de conceber as coisas referindo-se a alguém, ou seja, como aparecem a um [indivíduo] pessoalmente, ou tal como possam ser afetadas por interesses e desejos pessoais de alguém" (Wright, 1947, p. 3).

Essa argumentação a favor da subjetividade nos leva à questão central proposta no discurso de Wright: a de que os geógrafos não devem se utilizar somente de sua própria imaginação geográfica, mas também da dos outros. A geografia seria composta, então, de dois domínios distintos: uma área nuclear central reduzida, que concentrava os estudos formais (ou a geografia do conhecimento), denominada pelo autor de *sofogeografia*; uma área muito mais ampla, composta de trabalhos não científicos (livros de viagens e de ficção, pinturas, etc.) e de concepções subjetivas do mundo (ou o estudo do conhecimento geográfico), denominada pelo autor de *geosofia*. Este segundo conceito seria recuperado por Lowenthal, contribuindo com toda a certeza para o surgimento da geografia humanista.

David Lowenthal e uma nova epistemologia da geografia

David Lowenthal foi mais do que um precursor. Ele foi, juntamente com Tuan, um dos genitores da geografia humanista. Sua obra se avultaria e se consolidaria na época da afirmação da geografia humanista com o campo da geografia. Podemos dizer que o autor também influenciou no aparecimento da geografia comportamental, muito mais devido a sua preocupação em desvendar o funcionamento da percepção humana do que pelos questionamentos centrais de seu trabalho, que eram epistemológicos, vinculando-o efetivamente ao pensamento da geografia humanista.

Lowenthal pertence a uma geração subsequente à de Sauer e de Wright. Sua tese de doutorado, defendida em Wisconsin nos meados dos anos 50, versava sobre George Perkins Marsh e fora orientada por Sauer. De meados dos anos 50 aos meados dos anos 60, dividiu seu tempo entre a Universidade das Índias Ocidentais e o "Institute of Race Relations" situado em Londres. Nos anos 60 e 70 foi professor de ciências políticas, geografia, *landscape architecture* e *environmental psychology*, nas Universidades de Harvard, MIT, Nova Iorque, Berkeley, Minnesota, Clark e do "University College" de Londres.

Aqui nos interessa o pensamento do autor na ocasião em que foi publicado seu artigo intitulado "Geography, Experience and Imagination: towards a geographical epistemology" (Lowenthal, 1961). Este artigo era a versão de um trabalho apresentado no XIX Congresso de Geografia realizado no ano anterior em Estocolmo. Nele, Lowenthal retomava, explicitamente, questões levantadas por Wright (1947) quinze anos antes, considerando como objeto de estudo:

"A natureza dessas *terrae incognitae*, e a relação entre o mundo exterior e as imagens que estão em nossas cabeças" (Lowenthal, 1961, p. 241).

Logo na introdução de seu artigo, Lowenthal procurava diferenciar seu pensamento do que dominava a geografia da época, observando que sua pesquisa era epistemológica e não metodológica, preocupando-se com *todo* o pensamento geográfico: o científico e os outros, ou seja, com a geosofia como fora proposta por Wright.

O autor dizia que a geografia é a ciência que mais incorpora elementos da vida cotidiana, o que não impedia de distinguir entre um núcleo formal (científico) e um núcleo informal mais amplo. Segundo ele, existiria uma dualidade entre a concordância básica sobre o caráter do mundo, baseada em nossas características fisiológicas, e uma visão mais pessoal, que só é compartilhável parcialmente e transitoriamente.

Essa experiência pessoal está calcada em uma visão antropocêntrica, segundo a qual:

“Mundos pessoais separados, de experiência, de aprendizagem e de imaginação fundamentam qualquer universo de discurso” (Lowenthal, 1961, p. 248).

De qualquer modo, o autor considerava que tanto a visão geral do mundo como os ambientes pessoais transcederiam, de alguma maneira, a realidade consensual objetiva, ou seja, o que as pessoas percebem compartilhadamente pertenceria ao mundo “real”, gerando um ajuste imperfeito entre o mundo exterior e as visões pessoais que são tidas sobre ele.

As visões pessoais seriam, então, únicas por vários motivos: porque cada pessoa tem seu ajuste pessoal e porque seleciona o seu meio e reage aos estímulos de maneira diferente. Apesar dos limites colocados pelas necessidades lógicas, pela filosofia e pelos padrões de grupo, a pessoa estrutura o mundo a partir de sua vivência pessoal, e sua linguagem se ajusta às visões pessoais que tem do mundo. Isso acontece porque:

“...toda informação é inspirada, editada e distorcida pelo sentimento” (Lowenthal, 1961, p. 257).

Estavam aí os fundamentos de uma nova epistemologia para a geografia, que orientariam posteriormente a geografia humanista. Suas considerações básicas estavam na crença de que:

“A geografia do mundo é unificada somente pela lógica e ótica humana, por luz e cor do artifício, por arranjo decorativo e por idéias do bom, do verdadeiro e do belo” (Lowenthal, 1961, p. 260).

Yi-Fu Tuan e a topofilia

Tuan é hoje um dos principais protagonistas da geografia humanista, como se pode ver

pelo grande número de artigos e livros publicados, inclusive traduzidos para o português (Tuan, 1980 e 1983). Vamos dedicar-nos agora aos seus primeiros artigos, publicados no periódico “Landscape” no início da década de 60, quando o jovem professor lecionava na Universidade do Novo México. Esses trabalhos já contêm os traços do humanismo que marcaram sua produção nas décadas subseqüentes.

O primeiro artigo de Tuan, intitulado “Topophilia or Sudden Encounter with Nature” (Tuan, 1961), já prenunciava o estilo pessoal do autor, onde as idéias centrais estão apoiadas em muitos exemplos retirados da literatura, das artes e de outras ciências próximas à geografia. Não se tratava de um texto eminentemente técnico, mas sim de uma obra aberta, marcada pela erudição.

“Topophilia” procurava mostrar como experiências banais, vividas por pessoas sensíveis (poetas, no caso), podem transcender o domínio do racional. Para Tuan essas experiências ocorrem principalmente com pessoas relacionadas com a Terra, como geógrafos, geólogos, naturalistas e fazendeiro. No entanto, as evidências dessas experiências são incrivelmente escassas quando se trata de registros escritos.

Na geografia, observaria o autor, esta descrição vivida da paisagem podia ser encontrada facilmente nas obras dos naturalistas do Século XIX, mas foi cedendo lugar ao texto impessoal dos cientistas contemporâneos. Para Tuan:

“...parte do trabalho dos geógrafos é tratar todos os aspectos das cenas (paisagens ou regiões) pelas quais têm uma afeição especial. Afinal de contas, muitos de nós devem ter tido o primeiro romance com o seu objeto de estudo através de alguns encontros reais com a cor, o odor - o temperamento - de um lugar” (Tuan, 1961, p. 30).

Esta afeição foi denominada por Tuan de “topophilia” definida como o amor pela natureza. Para ele, as obras “poéticas” de Bachelard - “La Terre et les Revêries de la Volonté”, “La Poétique de l’Espace” e “L’Eau et les Rêves” - são exemplos para o estudo da topofilia. O autor sugeriria que os geógrafos deveriam se unir aos poetas no desfrute do esplendor de seu objeto de estudo, ou seja, da Terra.

Em outro artigo, intitulado "Can There Be an Existential Architecture? architecture and human nature" (Tuan, 1963), o autor se dedicaria a explorar as relações entre o existencialismo e a experiência cotidiana, comparando três visões ocidentais da natureza humana: a cristã, a humanista e a existencialista. As duas primeiras são criticadas, enquanto que a obra de Sartre e as de outros existencialistas são tomadas como diretriz para aproximar a geografia das experiências vividas.

Esses artigos que comentamos aqui, apesar de singelos, apontam para os vários caminhos que seriam seguidos mais tarde pela geografia humanista: a procura da interface com as artes, da base fenomenológico-existencialista, e da valorização da experiência vivida.

Podemos encontrar também pontos de contato com outros autores da época, como Lowenthal, por exemplo, na valorização da memória como produtora de imagens provenientes da experiência concreta, e na importância atribuída a essas impressões colhidas pela memória no relacionamento entre o corpo e o espírito.

Eric Dardel, um humanista esquecido

Ao reservarmos um lugar neste artigo para o pequeno livro de Dardel, intitulado "L'Homme et la Terre: nature de la réalité géographique" (Dardel, 1990), que foi publicado em 1952, procuramos resgatar a importância de um precursor que foi esquecido. Diversamente de Wright, que teve seguidores quase que imediatos, o livro de Dardel só seria resgatado em meados da década de 70, por Relph (1976), no seu já clássico "Place and Placelessness", e, posteriormente, para os países francófonos, pelo geógrafo André-Louis Sanguin (1981).

Um extrato do livro de Dardel foi publicado por Pinchemel, Robic e Tissier (1984). Posteriormente seria publicado integralmente em italiano (Copeta, 1986). Finalmente, em 1990, sairia a reedição francesa, acompanhada de biografia e comentários de autoria dos editores (Dardel, 1990).

Esse interesse tardio por Dardel é explicável. Como observou Besse (1988), ele conseguiu associar, melhor do que ninguém, a filosofia à geografia antecipando-se a muitas

das questões epistemológicas abordadas pela geografia humanista. Ignorada por quase quarenta anos, a obra de Dardel torna-se agora leitura obrigatória para quem desejar trilhar os caminhos da teoria da geografia, principalmente sobre uma ótica fenomenológica ou humanista.

O esquecimento a que foi relegado este pequeno livro justifica-se pela biografia de seu autor. Dardel era, antes de tudo, um professor que passou a vida lecionando em liceus franceses. Não é nessa atividade profissional que devemos procurar a inspiração de "L'Homme et la Terre", mas sim no profundo interesse do autor pela filosofia, principalmente nas obras de Kierkegaard, Jaspers e Heidegger.

Dardel se opunha à redução da geografia a uma simples disciplina científica. Para ele a geografia demonstrava que os fatos da existência humana não podem ser objetivados pela ciência, exigindo outro tipo de análise (Besse, 1990).

A primeira preocupação de Dardel seria para com a definição de espaço geográfico. O autor diferenciaria entre este e o espaço geométrico, observando que:

"A geometria opera sobre um espaço abstrato, vazio de todo o conteúdo, disponível para todas as combinações. O espaço geográfico tem um horizonte, um modelado, cor, densidade. Ele é sólido, líquido ou aéreo, largo ou estreito: ele limita e ele resiste" (Dardel, 1990, p. 2).

Essa diferenciação é fundamental, pois determina dois tipos de geografia: a moderna, produto renascentista, devido à volta do homem ao mundo exterior na ambição de fazer uma geografia universal que compreendesse o mundo geograficamente; e uma geografia anterior, vivida em ato existente a partir da vivência cotidiana, que trata da geograficidade (*geographicité*) do homem como modo de existência e de destino.

Para Dardel, a geografia deveria decifrar os signos ocultos da Terra, ou seja, o que eles revelam sobre a condição e o destino humano. O espaço geométrico seria, então, homogêneo, uniforme e neutro, enquanto que o espaço geográfico é único, tem nome próprio, o que exige uma atitude exploratória que alie ao rigor da ciência a observação pessoal e poética.

O autor observaria que a espacialização da matéria exige um comportamento ativo, onde a distância é um elemento primordial, estruturador do mundo que nos rodeia. A partir da noção de distância define-se o "perto" e o "longe", e se determinam as regras de orientação no espaço, onde o referencial é o próprio corpo e o suporte onde ele se instala: a casa da família, a vila natal, as colinas.

Esse espaço primitivo, que envolve nossos pensamentos, vontades e desejos, engloba tanto o espaço material, próximo ao espaço geométrico concreto, quanto ao espaço onde se desenvolve a existência, associado ao conceito de extensão. A direção e a distância definiriam uma situação, que é "um sítio estável e inerte", e que vai delinear o arcabouço da geograficidade:

"Do plano da geografia, a noção de situação extravasa para os domínios mais variados da experiência do mundo. A 'situação' de um homem supõe um 'espaço' onde ele 'se move'; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência" (Dardel, 1990, p. 19).

Mesmo este espaço geográfico, material, se decompõe, segundo o autor, em alguns elementos que extrapolam a noção de superfície, colocando-se em um nível dificilmente alcançável pela ciência. Esses elementos são: o espaço telúrico, o espaço aéreo e o espaço aquático. Existem também os elementos produzidos pelo homem: o espaço construído e a paisagem. Para o autor, a paisagem é uma manifestação mais ampla e complexa que a de lugar, pois ela realiza todas as relações homem-terra, que estão além da ciência.

Tal como Wright fizera em "Terrae Incognitae", Dardel também apontaria para a necessidade de uma análise da geografia a partir de uma abordagem temporal. A história da geografia, então, não deveria ser confundida com a história da descoberta da terra ou com o desenvolvimento da ciência geográfica, ela deveria retratar as diversas concepções da realidade geográfica. Dentre estas, estaria a geografia científica, que é a racionalização do movimento das descobertas. Para o autor, na sua época seria difícil se conceber uma geografia diversa da geografia científica; no entanto, não se deveria esquecer da função primeira da geografia, ou seja, a de ser uma instância entre o conhecimento e a existência.

A GEOGRAFIA PROTO-HUMANISTA

A introdução da questão da percepção ambiental na geografia

Já nos referimos aqui ao artigo "Geography, Experience and Imagination" de Lowenthal (1961) que, em nossa opinião, foi um pioneiro na introdução do tema da percepção ambiental na geografia. Tema que já fora introduzido na disciplina por Wright (1947) e Kirk (1951) e, sob outro enfoque, por Gilbert White (1945).

Coube a Lowenthal retomar as proposições de Wright e formatá-las segundo as pesquisas correntes na área da psicologia experimental, assim como de outras ciências humanas como a sociologia e a filosofia. Seu artigo de 1961 baseava-se em mais de 200 títulos dos mais diversos assuntos, o que provocou uma renovação de idéias na geografia cultural e histórica norte-americana (Mikesell, 1978), se tornando, mais tarde, fonte de consulta para geógrafos comportamentais como Downs (1970).

A geografia daquela época, no entanto, era um campo rigidamente delimitado, fechado em sua singularidade de ciência descritiva e de síntese. Os geógrafos teriam que passar primeiro pela renovação imposta pela adoção dos métodos quantitativos, para posteriormente vislumbrarem as possibilidades oferecidas para a disciplina pela "percepção ambiental".

Por esse motivo, Lowenthal só foi reconhecido por um grupo restrito de geógrafos, com pouca penetração em outras ciências sociais. Trajetória diversa teve o arquiteto e contemporâneo Kevin Lynch que, a partir da publicação de seu livro "The Image of the City" (1960), acelerou as pesquisas sobre percepção ambiental, renovando-as em várias ciências sociais, entre as quais a geografia.

A Corrente "Metodológica" e a percepção ambiental

Kevin Lynch era arquiteto e professor de *city planning* no MIT. Fora aluno de Frank

Lloyd Wright, tendo cursado também psicologia e antropologia. Pertencia à tradição norte-americana do antiurbanismo (Choay, 1965), originada em pensadores como Jefferson, Emerson e Thoreau. Esses ofereciam, como alternativa ao modelo urbano centralizado, o de uma sociedade baseada no indivíduo, com moradia e produção descentralizadas. Por outro lado, Lynch herdava de seus mestres arquitetos elevado grau de pragmatismo filosófico, devido à tradição organicista.

Em "The Image of the City", que era resultado de um trabalho de campo realizado em cidades norte-americanas, Lynch explicitava didaticamente a metodologia utilizada. Suas premissas básicas eram: que a cidade é um produto de indivíduos construtores, que a modificam em pormenores sem afetar sua estrutura; que a percepção individual da cidade é parcial e fragmentária; que a imagem urbana possui legibilidade, que é construída individualmente; e, finalmente, que a cidade possui uma imaginabilidade, que é a atribuição, a um objeto físico, de um caráter simbólico (Lynch, 1960, p.1-13).

Essas premissas levariam o autor a concluir que a imagem pública é uma sobreposição de imagens individuais, e que a análise dos objetos percebidos poderia ser reduzida a cinco categorias: vias (*paths*), limites (*edges*), bairros (*districts*), cruzamentos (*nodes*) e marcos (*landmarks*) (Lynch, 1960, p. 47 e 48). Ele se detinha, propositalmente, nesses aspectos físicos, deixando de lado significados sociais e históricos (Lynch, 1960, p. 46).

Alguns dos resultados do trabalho de Lynch devem ser enumerados: a importância dada à literatura e aos estudos antropológicos e psicológicos como fontes de referência para a pesquisa da imagem ambiental e a valorização da imagem ambiental como componente fundamental de nosso equipamento de sobrevivência, permitindo a mobilidade intencional e reduzindo nosso medo em relação ao ambiente.

Muitas das observações de Lynch se assemelham às feitas por Lowenthal na mesma época. Entre elas a da valorização da percepção individual e da imagem ambiental como fator de sobrevivência e estabilização da relação homem/meio. Mas existia uma diferença fundamental: a pesquisa de Lynch estava voltada para uma aplicação meto-

dológica, enquanto que a de Lowenthal dirigia-se para uma reflexão epistemológica e para a renovação de sua disciplina.

As observações de Lynch e de Lowenthal não estavam isoladas de um contexto, ao contrário, eram a vanguarda dos estudos sobre o comportamento humano no ambiente, que suscitavam interesse desde a década de 40, a partir da psicologia da Gestalt e de estruturalistas como Piaget e Inhelder. A ênfase, no início dos anos 60, era para a abordagem metodológica, como podemos apreender do panorama aleatório que traçamos a seguir.

Os psiquiatras Fried e Gleicher (1961), por exemplo, estavam dedicados ao tema da "percepção e saúde mental", tendo como objeto de estudo os moradores de um *slum*. Eles considerariam que as relações de vizinhança baseavam-se numa estruturação espacial subjetiva, que resultava na produção de uma imagem espacial (*spatial imagery*).

Jonge (1962) aplicaria os métodos e categorias propostos por Lynch em cidades holandesas, obtendo resultados idênticos e concluindo que era possível sua generalização para as sociedades ocidentais.

O antropólogo urbano Gulick (1963), aplicando a metodologia de Lynch no Líbano, concluiria que lá eram mais valorizadas as áreas do que edifícios isolados, recusando-se a aceitar a ligação da imaginabilidade apenas com a percepção da forma visível e enfatizando o seu significado social.

Thompson (1963), um professor de administração, dizia que as distâncias e outros padrões geográficos subjetivos podem afetar o comportamento dos consumidores, o que exigiria que as áreas comerciais fossem projetadas considerando os mapas dessas representações.

Um trabalho do psicólogo experimental Terence Lee (1964), que influenciou geógrafos comportamentais como Downs, é a visão acabada dessa corrente metodológica. Para o autor o único modo científico de se aproximar do comportamento humano no espaço seria a observação sistemática, objetiva, destacada e controlada (Lee, 1964, p. 13). Isso, apesar do reconhecimento da ligação entre o espaço social e o espaço físico na mente, mas que deveriam ser separados para fins da análise científica.

A corrente “epistemológica” e a percepção ambiental

Na década de 60, enquanto os geógrafos analíticos interessados na percepção ambiental recorriam a fontes extrageográficas, outros geógrafos, voltados para aspectos epistemológicos da percepção ambiental, apoiavam-se nas tradições da geografia histórica e da geografia cultural.

Lowenthal não estava isolado quando vislumbrou o significado da percepção ambiental para a geografia naquele início de década. Outros pesquisadores compartilhavam pontos de vista semelhantes e até tinham se dedicado ao assunto anteriormente, como Kirk (1951), por exemplo.

Em 1961, o geógrafo inglês Hug Prince editaria artigo intitulado “The Geographical Imagination” (Prince, 1961), com temática semelhante à de Lowenthal (1961). O autor valorizava a observação direta criativa, a que evoca o “gênio do lugar”, que só pode ser conhecido através da literatura, da arte ou da ciência. Para ele, o conhecimento do lugar é indispensável ao conhecimento geográfico, pois ao se relacionar com a imaginação geográfica estimula a curiosidade, atendendo às necessidades práticas.

Prince observaria que para as ciências sociais o fenômeno deve ser medido e delimitado de forma objetiva, sendo então classificado em relação a outros, de modo que possamos generalizá-lo teoricamente. A geografia agiria assim ao ordenar e racionalizar as características variáveis da Terra. No entanto, na prática, se dedicaria ao estudo de pequenas áreas onde os fenômenos podem ser integrados e explicados.

Seria esta a singularidade da geografia, dividida entre a necessidade de se submeter aos cânones objetivos da ciência e a imaginação geográfica, relativa às atitudes e opiniões que não podem ser testadas pela entrevista objetiva. O autor concluiria que:

“O problema real da geografia é de como combinar a visão subjetiva, que é a essência da arte da descrição, com a explicação, na qual a visão subjetiva não tem lugar” (Prince, 1961, p. 25).

Um artigo de Kirk, intitulado “Problems of Geography” (Kirk, 1963), bem mais denso

que o de Prince, tentava resolver os problemas causados pela aparente heterogeneidade da geografia. O autor dizia que a verdadeira divisão do trabalho geográfico não estava entre o homem e o ambiente, mas entre o ambiente fenomenal e o ambiente comportamental (Kirk, 1963, p. 364).

Esses dois conceitos já haviam sido enunciados pelo autor (Kirk, 1951), sendo reafirmados então. O ambiente fenomenal era definido assim:

“... é uma expansão do conceito normal de ambiente para incluir não somente fenômenos naturais, mas também ambientes alterados e, em alguns casos, quase inteiramente criados pelo homem” (Kirk, 1963, p. 364).

O ambiente comportamental, baseado na psicologia da Gestalt, une a estrutura objetiva à estrutura subjetiva do padrão espacial. Relacionar-se-ia, desta maneira, com o que é percebido pelos seres humanos, como suas preferências, modos de pensar e tradições.

O ambiente geográfico seria a soma do ambiente fenomenal com o ambiente comportamental, ou seja, unia a visão subjetiva com a visão objetiva, dando uma personalidade particular à ciência geográfica.

Lukermann (1964) compartilhava de pontos de vista semelhantes. Para ele, a geografia era um catálogo de questões que interrogam sobre nossas visões de mundo dividindo-o em lugares ou regiões - a questão geográfica (Lukermann, 1964, p. 167). A singularidade da disciplina estaria em estudar os fatos territoriais a partir da área e não dos fenômenos, ou seja, tratava-se de um estudo totalmente empírico.

Como o conhecimento do lugar está calado na experiência, ele seria um conceito-chave, um elemento integrador da geografia, porque enfatizava o relativo, o cultural, a história do homem, ou seja, fazer o estudo dos lugares da Terra seria fazer a geografia (Lukermann, 1964, p. 172).

Os três autores que citamos (Prince, Lukermann e Kirk) se referiam a questões epistemológicas da geografia como sua unidade ou a singularidade de seu objeto. Ao introduzirem novas categorias de análise provenientes de uma visão subjetiva (como a de lugar), apontaram para a incorporação e ques-

tionamento de conceitos da "percepção ambiental". Esse projeto necessitava tanto de reflexão em nível epistemológico quanto em nível metodológico, voltada para a consolidação de novos conceitos.

Lowenthal e Prince se uniram nessa tarefa, publicando dois artigos (Lowenthal e Prince, 1964 e 1965), onde a paisagem inglesa era pesquisada através da literatura e das artes. Iniciava-se uma linha de estudos importante para a geografia humanista.

Esses artigos construíam uma visão subjetiva da Inglaterra, explorando suas características arquétipicas, onde paisagem e lugar se confundiam, como podemos depreender dos trechos abaixo:

"As paisagens são formadas por gostos pelas paisagens. As pessoas de qualquer país vêem seu terreno através de espetáculos preferidos e costumeiros, e tendem a repetilos como os vêem. A paisagem inglesa, muito mais do que qualquer outra, espelha uma longa sucessão de imagens idealizadas e de preconceitos visuais" (Lowenthal e Prince, 1965, p. 186); é "Existem muitos hiatos no mapa da Inglaterra, quase todo lugar é um lugar com um significado e um caráter próprio" (Lowenthal e Prince, 1964, p. 310).

Pesquisas como estas, que exploravam conceitos geográficos a partir de uma visão subjetiva, se aliariam durante um certo período com aquelas que procuravam medir, classificar e quantificar os comportamentos humanos, como veremos adiante.

O Simpósio da AAG em 1965

A descoberta da potencialidade do campo da percepção ambiental deu origem a novas pesquisas tanto na geografia analítica, com Gilbert White e Kates, quanto na geografia histórica e na geografia cultural, com Lowenthal e Tuan.

Em um momento marcado por profundas divergências nos meios acadêmicos da geografia norte-americana, as possibilidades de abordagem abertas pela percepção ambiental uniram, momentaneamente, esses profissionais provenientes de campos tão díspares.

A oportunidade de troca de experiências se deu por ocasião do 61º Encontro Anual

da Associação de Geógrafos Americanos, realizado em abril de 1965 em Columbus, Ohio. Nessa ocasião, sob a inspiração de Kates e com o apoio de White e Lowenthal, realizou-se um simpósio sobre percepção ambiental e comportamento.

Inicialmente, o encontro não previa esse simpósio, que foi incluído em janeiro de 1965, juntamente com outros temas emergentes como sistema de análise regional, turismo e recreação ao ar livre. Do simpósio resultou uma publicação, que compilava alguns dos trabalhos apresentados (Lowenthal, 1967), marcando a aceitação da percepção ambiental como tema relevante para a geografia. Nesse momento, ele era encarado como uma possibilidade de convergência e de interdisciplinaridade, como podemos ver pelos artigos de Tuan, do psicólogo Beck, do arquiteto Lynch e de Sonnefeld.

Lowenthal, o responsável pela introdução desta publicação de 1967, chamava a atenção para a importância que a percepção ambiental poderia ter para a geografia. Ele observava que dos três reinos do universo dos estudos geográficos - a natureza do ambiente, o que pensamos e sentimos acerca do ambiente e como nos comportamos e alteramos o ambiente - somente o primeiro havia sido explorado. Para se entenderem os outros seria necessário o exame de todas as facetas do comportamento humano.

Para o autor, as interpretações científicas do universo são apenas modelos parciais ante o que os indivíduos sentem e interpretam. Por esse motivo, a geografia deveria recorrer não somente à matemática, à economia ou à geologia, como fazia tradicionalmente, mas a outros campos como a metafísica, a psicologia comportamental, a história das idéias, a antropologia social e a arquitetura.

Dos trabalhos apresentados no simpósio, o que mais nos interessa é o de Tuan, intitulado "Attitudes Toward Environment: themes and approaches" (Tuan, 1967), que propõe um projeto humanista para a geografia, ou, como o autor sugere, uma diversidade de possíveis "aproximações humanistas", tais como: as atitudes do indivíduo em relação a uma região; a concepção, pelos indivíduos, da sinergia homem - natureza; atitude dos povos acerca do ambiente e as cosmografias nativas.

Tuan se deteria numa dessas aproximações: a das atitudes em relação à natureza, em especial às paisagens que adquiriram significado simbólico. Foram escolhidos dois arquétipos paisagísticos do pensamento ocidental - o deserto e a ilha tropical. Seriam analisadas as mudanças na concepção e nas atitudes em relação a essas paisagens ao longo da história ocidental.

Outros trabalhos apresentados no simpósio estavam mais próximos da geografia analítica, com ênfase no comportamento humano. Sonnefeld (1967), por exemplo, ao estudar o ajuste dos esquimós às condições ambientais do Ártico, deixa claro seu desejo de colocar a geografia no rol das ciências comportamentais, acreditando que, para isso, seria necessária a apropriação de técnicas desenvolvidas por outras disciplinas comportamentais. Mais que isso, vislumbrava no ambientalismo uma possibilidade de aproximação concreta com essas ciências.

Robert Kates (1967), por sua vez, continuava trabalhando com catástrofes naturais, no caso, os furacões. Como nas pesquisas anteriores, são feitas entrevistas com grande número de pessoas e quantificados esses dados, na intenção de compreender a resposta desses indivíduos às catástrofes. O autor, apesar de constatar a variabilidade das respostas individuais, tinha uma perspectiva que não o afastava da geografia analítica, a de tornar os comportamentos previsíveis e as ações locais passíveis de controle através do planejamento.

Se o rótulo da "percepção ambiental" serviu, naquele momento, para unir pontos de vista tão diversos e, como observa Mikesell (1986), para difundir uma nova forma de ver a geografia, considerando questões subjetivas, também serviu para atenuar as profundas diferenças entre os geógrafos que sob ele se abrigaram. Na verdade, a percepção ambiental foi, no máximo, um tema que envolveu coletivos com projetos e concepções bastante diferenciadas da sua disciplina.

Os culturalistas e a percepção ambiental

É nos geógrafos ligados à geografia cultural ou à geografia histórica que encontraremos as pré-condições para o surgimento de uma geografia humanista: Seu interesse em incor-

porar os aspectos subjetivos da relação homem/ambiente ao seu campo de estudo, dos mais tradicionais da geografia norte-americana, tinha raízes antigas na busca da interdisciplinaridade e no estudo das humanidades.

Em meados da década de 60 este humanismo culturalista estava em evidência. A obra de George Perkins Marsh era discutida e reeditada (Lowenthal, 1958; Marsh, 1964), os artigos de Sauer compilados e publicados (Leighly, 1983), e também os de Wright (1966). Trabalhos volumosos coroavam o esforço de décadas de estudo de questões fundamentais para a geografia cultural, apoiando-se nos mais diversos campos do conhecimento. Tratava-se, sem dúvida, de um esforço humanista.

Desses trabalhos, o mais impressionante, devido a seu enfoque interdisciplinar, é "Traces on Rhodian Shore" de Glacken (1967). Trata-se de um gigantesco painel da história do pensamento ocidental, baseado em três questões relativas ao espaço habitável e ao homem: a Terra é uma criação proposital? Suas características físicas influenciam o caráter e a natureza da cultura? De que maneira o homem modificou a Terra?

Esse tema já fora abordado por Glacken em sua tese de doutorado, intitulada "The Ideas of Habitable World", que abrangia o período do Século XVIII aos dias atuais. "Traces on Rhodian Shore", por sua vez, se dedicava ao período compreendido entre a antiguidade clássica e o Século XVIII. Segundo o autor, este século delimita o surgimento da terceira questão, a do homem como agente modificador da Terra.

A tentativa de resumir o livro de Glacken, neste artigo, é tarefa inviável. O porte de sua obra impede uma análise mais detalhada de seu conteúdo. Basta folhear suas páginas para se encontrarem temas da geografia humanista: a divisão do mundo em duas naturezas; conceitos e atitudes para com a natureza; as teorias ambientalistas do Século XVII; e a união da natureza com a arte.

Essa investigação contínua e persistente de temas humanistas é característica de outros geógrafos, como Tuan (1967), que prepararia um "roteiro" que resultaria em um conjunto de obras que investiga minuciosamente as atitudes em relação ao ambiente. Também Lowenthal, dedicado a com-

preender a construção das paisagens culturais através dos tempos, publicaria inúmeros artigos até culminar no monumental livro "The Past is a Foreign Country" (Lowenthal, 1985).

Lowenthal, que já explorara conceitos subjetivos à paisagem inglesa, dedicaria um artigo à paisagem norte-americana, "The American Scene" (Lowenthal, 1968) contrapunha a paisagem do novo mundo, em sua escala inusitada para o europeu, com uma ação humana voltada para o utilitarismo. Os resultados eram intervenções que visavam apenas ao presente e que, ao se referirem ao passado, o idealizavam de tal forma que chegavam a forjar, para determinados locais, uma suposta tradição.

Outros exemplos de pesquisas voltadas para fontes e métodos relativos a questões subjetivas podem ser citados: um artigo do conceituado geógrafo Roy Merrens (1969), que recusava a abordagem tradicional da geografia histórica regional, propondo-se a identificar os vários pontos de vista que contribuíram para a construção de determinado espaço, outro de Brian Goodey (1970), que levantava as possíveis características físicas de implantação e do sistema urbano proposto por Thomas Morus em "Utopia".

Encontramos, também, o questionamento das bases científicas da geografia, apontando para novas bases filosóficas (existencialistas) (Buttimer, 1969), ou que contextualizavam uma "aproximação humanista para o aprendizado", calcada na liberação dos costumes e numa sociedade alternativa contrária às leis mecanicistas e aos modelos de mundo (Parsons, 1969).

Essas posições seriam reforçadas por um artigo de um geógrafo cultural famoso. Em "Environmental Appreciation", Meinig (1971) reconhecia a "descoberta" do ambiente na década de 60 e apontava para a necessidade de uma delimitação exata desta descoberta. Essa delimitação era proposta a partir de uma aproximação com as humanidades e de uma crítica da divisão positivista do ambiente por várias ciências da Terra, que não levavam em consideração a imaginação. O autor observava que o material para se realizarem essas pesquisas já estava disponível na miscelânea composta por fotografias históricas, pesquisas etnográficas, guias turísticos, etc.

Questionamentos como os de Buttimer, Parsons e de Meinig relacionam-se com uma discussão proposta por Guelke (1971), que faria a crítica à geografia analítica encarando a explicação a partir de uma visão dedutivo-nomológica, ou seja, da geografia como uma ciência que procura estabelecer leis. Essa postura coloca frente a frente os que consideram a geografia como uma descobridora de fatos (idiográfica) e os que procuram estabelecer leis (nomotética).

Para o autor, a geografia nomotética nunca conseguiu estabelecer generalizações confiáveis, pois confunde o papel da ciência que determina leis com a análise estatística. Assim, a descoberta de muitas leis do comportamento humano não garantiria a resolução dos problemas da geografia humana.

Essas críticas marcam o início de uma diferenciação que sempre existira: entre os geógrafos que abordavam a percepção ambiental, colhendo avanços de outros campos científicos, a partir de uma aproximação idiográfica, e os com intenção de tornar a geografia uma ciência comportamental aplicada ao espaço com pretensões nomotéticas. Essa diferença começaria a se consolidar em 1971, quando dois colegas de Guelke, que também lecionavam na Universidade de Toronto, Tuan e Relph, iniciariam a exploração sistemática de uma filosofia alternativa capaz de embasar as pesquisas que os geógrafos culturais haviam iniciado no campo da percepção ambiental.

Os Geógrafos analíticos e a percepção ambiental

Enquanto os geógrafos culturalistas realizavam pesquisas como as que citamos acima, os ligados à linha analítica estavam interessados em delimitar o comportamento humano no espaço. Um bom exemplo é o artigo de Downs (1971), resultante de sua tese de doutorado, que estudava o comportamento espacial e a percepção ambiental dos consumidores de um *shopping center* urbano. Este trabalho levantava as principais teorias locacionais, formulava hipóteses para a medição de padrões comportamentais, delimitava algumas categorias cognitivas, elegia uma amostra a ser pesquisada e aplicava

métodos quantitativos para estabelecer as funções que estruturam o comportamento.

A linha analítica de estudos da percepção ambiental se consolidou mais rapidamente que a culturalista. Assim, já na virada dos anos 70, apareceram os primeiros levantamentos que procuravam resumir o "estado da arte". Desses, talvez o mais importante seja "Perception of Environment" de Saarinen (1969). O desejo do autor era de consolidar a percepção do ambiente como novo campo autônomo do conhecimento geográfico, o que levou a delimitar e organizar as possibilidades de estudo a partir de sua escala espacial.

Havia uma preocupação de não delimitar rigidamente esse campo, preservando suas características multidisciplinares, o que, segundo ele, encorajaria o livre fluxo de métodos, conceitos e técnicas de mensuração. Ao se utilizar da escala como elemento de classificação dos estudos da percepção do ambiente, o autor seguia os mesmos princípios do encontro da AAG de 1965, ou seja, de agrupar as diversas tendências sob o mesmo rótulo, minimizando as diferenças e unificando-as pelo estudo do espaço.

Já Downs, em "Geographics Space Perception" (Downs, 1970), procurava discriminar diferenças, detendo-se em aspectos metodológicos. Para ele, o campo da percepção ambiental estava delimitado por razões ecológicas que só poderiam ser caracterizadas realisticamente com a aproximação oferecida pela revolução comportamental, para a qual:

"...o comportamento espacial é uma função da imagem, e a imagem representa a ligação humana com o seu ambiente" (Downs, 1970, p. 70).

Para o autor, existiam três possibilidades de aproximação para o comportamento espacial: a estrutural; desenvolvida por Lynch, Appleyard e Lee, que se refere à identidade e estruturação da percepção do espaço; a avaliativa, de Kates, Gould e Saarinen, que procura estimar os fatores ambientais valorizados pelas pessoas; e o da preferência, de Gould e de White, que procura diferenciar espacialmente os objetos a partir da escala de preferência. Como podemos ver, são possibilidades que se ajustam às proposições

da geografia analítica e que não permitem qualquer questionamento epistemológico.

O início da cisão

No primeiro livro de Tuan, intitulado "Man and Nature" (Tuan, 1971 A), já existe uma clara idéia de segmentação do campo da percepção ambiental, apesar de não encontrarmos uma preocupação evidente com diferenciações ou referências à fenomenologia, que seriam explicitadas em artigo do mesmo ano (Tuan, 1971 B).

"Man and Nature" unia em só volume idéias emitidas pelo autor em vários artigos publicados ao longo dos anos 60. Esse livro iniciava, segundo uma prática já usual do autor: a de explorar sistematicamente os significados de conceitos-chave para o texto, no caso os de homem e natureza para a sociedade ocidental.

Tratava-se de uma análise dialética, onde nenhum dos pares era privilegiado. Primeiramente, o homem era estudado como ser biológico, sujeito, aos condicionantes da natureza; depois com o modificador dessa natureza, estruturando o mundo a partir de si próprio. Para analisar essa estruturação o autor recusava os princípios da psicologia experimental, observando que somente sob tortura se poderia conseguir descrições de respostas psicológicas a estímulos ambientais.

Para Tuan, esses estudos tinham de estar atentos para questões diversas, o que era colocado da seguinte maneira:

"A dificuldade essencial é que o indivíduo humano tem um passado e está direcionado para o futuro: em qualquer momento dado, a influência ambiental sobre ele é filtrada através de suas experiências passadas, que refletem muito as provisões de sua cultura, e através de suas antecipações, que surgem do passado. Uma pessoa pode estar corporalmente presente, mas sua mente - como diz o ditado - está em outra parte" (Tuan, 1971 A, p. 38).

Dessa maneira, o livro de Tuan identificava com clareza as diferenças que sempre existiram e que iriam, brevemente, dividir os estudos sobre a percepção ambiental entre a geografia comportamental e a geografia humanista.

A CONSOLIDAÇÃO DA GEOGRAFIA HUMANISTA

A fenomenologia existencialista e a epistemologia humanista

Coube a Edward Relph (1970) a primazia de explorar, em um pequeno artigo, as possibilidades da fenomenologia como aporte filosófico capaz de unir os geógrafos culturalistas interessados na percepção ambiental. Ele observou que a fenomenologia tivera um impacto considerável no estudo da percepção humana pelos psicólogos sociais, podendo contribuir "para o desenvolvimento de uma bagagem filosófica para as aproximações humanistas na geografia" (Relph, 1970, p. 193).

Segundo o autor, o método fenomenológico era apropriado para descrever o mundo cotidiano da experiência imediata do homem, mas inadequado para a análise ou explicação do mundo objetivo através do desenvolvimento de teorias. Esse método, dizia ele, iria permitir o reconhecimento e a descrição das "essências" da estrutura perceptiva, rejeitando as aproximações mecanicistas da ciência e valorizando a experiência e a intencionalidade humanas.

Relph observaria que, com exceção de Sauer, a fenomenologia não fora valorizada pelos geógrafos, apesar de muitos conceitos do campo serem oriundos desta filosofia. Conceitos que podem fornecer novas maneiras de se encararem as relações do homem com o ambiente, além de mostrar as limitações dos métodos quantitativos e positivistas.

Como resultado da utilização da fenomenologia pela geografia, o autor vislumbrava dois conjuntos de conseqüências: a visão holística e unificadora da relação do homem com a natureza e a crítica ao cientificismo e positivismo que dominavam a geografia.

As ponderações feitas por Relph foram seguidas por um pequeno número de geógrafos. Havia "no ar" uma necessidade de se desenvolverem métodos alternativos que unissem os geógrafos culturalistas, dedicados às relações subjetivas do homem com a natureza. Samuels, em tese que permaneceu inédita (Department of Geography, Univ. of Washington, 1971), investigava as relações do existencialismo com a geografia. Tuan explorava os temas da geografia e fenomenologia (1971 B) e do existencialismo e estruturalismo em relação à percepção ambiental (1972 B). Mercer e Powell (1972) sistematizavam alguns métodos não-convencionais para a abordagem de aspectos subjetivos da geografia, entre eles a fenomenologia, o idealismo e a observação participante.

O idealismo e os aspectos subjetivos da geografia

O idealismo e os aspectos subjetivos da geografia

Além da fenomenologia existencialista, outras alternativas para o estudo das características subjetivas da geografia foram propostas. Destas, a que causou maior polêmica foi a do idealismo, proposta por Guelke.

Em artigo de 1974, o autor, apoiado no idealismo, negaria a necessidade de teorias para a geografia humana, uma vez que a ordem já está presente na ação racional, podendo ser explicada quando é analisado o pensamento subjacente à ação. Assim, o objeto de pesquisa da geografia idealista seriam a ação racional e os produtos das mentes humanas.

Como Relph fizera para a fenomenologia, Guelke (1974) faria com o idealismo, procurando características que o aproximassem da geografia. Das três dimensões da ação humana - a física, a psicológica e a racional - seria privilegiada a psicológica, que abarca os aspectos não racionais da mente. Como o mundo é visto como exterior à mente, nosso conhecimento sobre ele depende de dados empíricos, categorizados a partir de uma teoria. Esse conhecimento resulta na intenção e ação sobre o mundo externo.

O trabalho do geógrafo humano, para o autor, era o de reconstituir as ações que aconteceram, utilizando-se do princípio da verificação para aferir sua avaliação. Essa seria a razão de sua proposta (Guelke, 1975) de adequar a filosofia idealista com a geografia histórica. Mas essa continuaria, por longo tempo, a ser uma voz solitária a favor do idealismo.

A base culturalista da geografia humanista

Apesar desses primeiros esforços para se encontrarem na filosofia características que distinguem os humanistas da geografia cultural e histórica tradicional, muitos dos trabalhos identificados, naquele momento ou posteriormente, como humanistas mantinham forte vínculo com sua matriz culturalista.

Esses estudos, que não têm maiores preocupações em explicitar seu aporte filosófico, foram agrupados nesse artigo em três blocos: o da "geosofia histórica", que, seguindo a linha inaugurada por Prince e Lowenthal, fazia uma leitura geográfica de obras artísticas e literárias; o da "teoria da paisagem", onde se procurava avaliar aspectos subjetivos da paisagem; e o da "leitura da paisagem urbana", que abordava aspectos negligenciados do comportamento urbano.

Na linha da geosofia histórica, cabem destaque alguns artigos de Rees, que já em 1973 sistematizara uma proposta para a utilização da arte pictórica para o estudo da geografia em artigo intitulado "Geography and Landscape Painting" (Rees, 1973). Essa proposta se consubstanciaria em dois artigos voltados para estudo de casos: em "Images of the Prairie" (Rees, 1976 A) era analisada a visão dos pioneiros em relação ao ambiente através da pintura, considerada como um mapa compreensível de significados; Constable era o tema do outro trabalho (Rees, 1976 B), onde as obras do pintor eram consideradas como pesquisas de ciência natural, e denominadas de "arte da geografia" segundo a tradição de Sauer.

Um livro editado por Lowenthal e Bowden, intitulado "Geographies of the Mind: essays in historical geosophy in honour of John K. Wright" (Lowenthal e Bowden, 1976), reunia diversas possibilidades de utilização das humanidades na reconstrução das vidas cotidianas que contribuem para a criação da paisagem cultural. Se este livro não esgotou o tema, demasiadamente vasto, coroou os esforços dos que desejavam abrir novas perspectivas de abordagem para o campo.

Também Seamon (1976) e Tuan (1976 B) elaboraram propostas para a investigação da imaginação e da experiência humana a-

través da literatura. O método proposto, no entanto, era o fenomenológico, não atingindo os "geosóficos" que continuaram alheios ao debate filosófico.

Um bom exemplo de elaboração de uma "teoria da paisagem" é encontrado no artigo "Landscape Evaluation" (Appleton, 1975), resumo do livro do autor publicado no mesmo ano. Sua preocupação era com a falta de uma teoria estética da paisagem, tanto para a geografia quanto para as humanidades. A solução oferecida era da pesquisa empírica, que visava ao desenvolvimento de técnicas que tolerassem a subjetividade, possibilitando julgamentos de valor que, objetivados, serviriam para embasar conclusões científicas.

Contra esse projeto, que procurava invalidar a geosofia histórica a partir de um empirismo rigoroso e positivista, estava Meinig (1979), que tratava a questão, segundo o princípio de que:

"... qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas cabeças.

...nós estamos preocupados não com os elementos, mas com a essência, idéias organizadoras que utilizamos para dar sentido àquilo que nós vemos" (Meinig, 1979, p.33-34).

Na "leitura da paisagem urbana" o primeiro enfoque humanista pode ser atribuído a Tuan e Lowenthal, em trabalhos apresentados em um simpósio referente ao visual *blight*. Esse termo é difícil de traduzir para o português; trata daquele lixo visual que os norte-americanos são pródigos em produzir, e que tem nos *out doors* um bom exemplo.

Tuan (1973 B) se serviria do tema para investigar o desenvolvimento da percepção em diferentes estágios da vida humana, além de contrapor a visão do nativo à visão do estrangeiro. Sua conclusão era de que a poluição visual demonstra que a qualidade do ambiente se refere ao nível social, à filosofia moral e aos princípios ecológicos, não estando ligada ao nível da estética.

Lowenthal (1973) relacionava o tema com a obsolescência dos artefatos, com o acúmulo de lixo em locais onde passam muitas pessoas, com a disparidade de modelos entre as diversas classes sociais, a desconexão

entre o uso e a posse da terra, com a destruição e renovação da paisagem, e concluiria que se tratava de uma geografia de excrecências.

O lugar como conceito da geografia humanista

Os três tipos de abordagem que vimos acima, ligados ao conceito de paisagem cultural, apesar da contribuição teórica relevante, tiveram participação modesta na consolidação da geografia humanista. A fenomenologia existencialista e o conceito de lugar seriam fundamentais, pois foram adotados por expoentes da geografia humanista - Buttimer, Relph e Tuan - que contribuíram para a sua divulgação.

Tuan, que iniciara uma investigação conceitual declaradamente humanista, contribuiria, significativamente, para adotar a geografia humanista de identidade própria. Seus trabalhos estavam voltados para duas vertentes: a da pesquisa das atitudes do homem em relação ao ambiente (Tuan, 1967, 1968, 1971 A, 1973 A), que culminaria com a publicação de "Topophilia" em 1974; e a da investigação do conceito de lugar, considerado adequado para as características subjetivas da pesquisa e para uma base filosófica fenomenológica, existencialista e estruturalista (Tuan 1971 B, 1972 A, 1972 B, 1975 A, 1975 B, 1979), culminando com o livro "Space and Place" de 1977.

Já comentamos alguma coisa do que Tuan investigava sobre as atitudes do homem para com o ambiente. Essa linha iniciara-se com o "roteiro" traçado em 1965, por ocasião do simpósio da AAG (Tuan, 1967), passando pela análise comparativa de atitudes européias e chinesas para com o ambiente natural e construído (Tuan, 1968), e pela elaboração mais sofisticada de "Man and Nature" (Tuan, 1971 A), que já comentamos aqui. Um artigo posterior sobre o assunto (Tuan, 1973) já marca a preparação de "Topophilia" (Tuan, 1980).

"Topophilia" é um inventário de alternativas para a investigação da relação homem/ambiente. O autor se inclui no impulso ecológico ambiental surgido nos anos 60, que exigia, além da pesquisa aplicada, pesquisa teórica e científica. Por isso, ele alertava para a disparidade entre objetivos, método, pres-

supostos filosóficos e escalas envolvidas, propondo-se a estruturá-los em torno da topofilia, definida como a afeição que une as pessoas aos lugares.

O livro explora sistematicamente quatro temas: os sentidos e os traços comuns da percepção humana, os mundos pessoais enfocados através das diferenças e preferências individuais, as percepções comuns devidas à cultura e às atitudes ambientais coletivas e o espaço humanizado (principalmente das cidades) como materialização das atitudes presentes e passadas para com o ambiente.

Se nessa vertente não existem, explicitamente, preocupações filosóficas, a outra nos mostra uma constante busca de inspiração na filosofia e em outras ciências. Há uma discussão da fenomenologia, do existencialismo e do estruturalismo (Tuan, 1971 B e 1972 B), e um diálogo com a psicologia ambiental (Tuan, 1972 A).

Vem dessa vertente o primeiro artigo que discute explicitamente a geografia humanista como campo autônomo, em "Space and Place: humanistic perspective" (Tuan 1979), que trava interessante diálogo com "Values in Geography" (Buttimer, 1974), publicado no mesmo ano.

Neste artigo, Tuan afirma que espaço e lugar são conceitos definidores da natureza da geografia. Para ele, toda disciplina possui um subcampo humanista, que trata da filosofia e da história daquela disciplina. O estudo do espaço seria, portanto, para essa perspectiva, o estudo dos sentimentos espaciais e das idéias de um povo a partir de sua experiência. Para o autor:

"A importância do lugar para a geografia cultural e humanista é, ou deveria ser, óbvia. Como nós funcionais no espaço, os lugares sujeitam-se às técnicas de análise espacial. Mas como um conjunto complexo e único - enraizado no passado e crescendo para o futuro-, e como símbolo, o lugar clama pelo entendimento humanista. Na tradição humanista, os lugares têm sido estudados a partir da perspectiva histórica e literário-artística, ... nos falta, contudo, análise sistemática" (Tuan, 1979, p. 338-339).

Para o autor, a noção de distância liga os conceitos de espaço e tempo, ambos orientados e estruturados pela intencionalidade do ser e, portanto, inseparáveis da atividade locomotora. Ele observa, também, que entre

os ocidentais existe uma tendência de espacialização em termos temporais, enquanto em outras sociedades existe um vocabulário autônomo para denominar esses termos. Isso porque a experiência de apreensão do espaço é semelhante, independentemente da linguagem, ou seja, ela é mais básica do que a experiência do tempo.

O espaço, diz Tuan, é orientado e estruturado a partir do corpo humano, resultando em uma experiência primitiva de espaço, ligada ao ego; uma experiência pessoal de espaço; e uma experiência grupal de espaço, que é intersubjetiva.

Nesse contexto se destaca o conceito de lugar, construído a partir da proximidade de contato ou de uma longa associação com o ambiente. O autor distinguia a cena (*scene*) da paisagem do lugar: a primeira seria, por natureza, alterável a cada mudança de perspectiva, enquanto que o lugar teria uma existência estável, independente do indivíduo que percebe.

Estas investigações de Tuan acerca do lugar, como conceito espacial mais adequado para a geografia humanista, continuariam nos anos seguintes, culminando com a publicação em 1977 do livro "Space and Place: the perspective of experience" (Tuan, 1983 A). Este livro era dedicado às mesmas questões que haviam sido abordadas em "Place an experiential perspective" (Tuan, 1975 A), onde o lugar era caracterizado a partir da experiência e das várias escalas dessa relação.

Em "Space and Place" a questão básica era: o que são o espaço e o lugar em termos de experiência humana? Aqui a base filosófica fenomenológica estava implícita, as atenções se voltavam para assuntos relativos ao corpo e aos valores espaciais, a sensação de apanhamento como experiência intersubjetiva, a variabilidade das habilidades espaciais em função da experiência, o espaço mítico extrapolando a visão pessoal do mundo, a inter-relação entre tempo e lugar e para o espaço arquitetônico como síntese da criação do espaço humanizado.

Os valores da geografia humanista

Em 1974 seria publicado o livro "Values in Geography" (Buttimer, 1974), que pro-

curava desvendar os valores ocultos sob a prática acadêmica cotidiana, especialmente na prática da geografia. O livro discutia critérios filosóficos para o estudo dos valores, ressaltando a contribuição que poderia vir do existencialismo. O existencialismo, segundo a autora, aborda os valores que permeiam todos os aspectos de nossa vivência e pensamento, chegando até nós como conhecimento adquirido através de nossa experiência pessoal.

Apesar do destaque dado ao indivíduo, outro ponto é sublinhado por Buttimer, o de que os valores que influenciam nossa vida derivam da civilização, da educação formal, da socialização e do meio, podendo ser moldados ou modificados sob contextos institucionais ou acadêmicos.

A partir desta constatação, a autora discutiria a perspectiva sociológica dos valores da geografia norte-americana a partir dos contextos que influenciaram os estilos pessoais. Sua conclusão seria que os modelos atuais refletem, mais do que uma ideologia, uma matriz tecnológica que valoriza a eficiência funcional e espacial utilizando-se dos sistemas espaciais, das estruturas e do dinamismo tecnológico.

Segundo esse ponto de vista, a geografia se debatia naquele momento entre uma definição sistêmica, que vê a disciplina como uma empresa produtiva ligada à instituição sociopolítica, e uma definição vocacional, voltada para os projetos de vida dos indivíduos a partir de seus interesses intelectuais.

Haveria três tipos de valores na geografia norte-americana: o do "homem cultural", das escolas da paisagem; o *homo economicus*, da tradição espacial; do *decision marker*, da escola comportamentalista. Buttimer criticaria especialmente esses últimos por submeterem o homem a modelos cognitivos e afetivos. Estes seriam contrapostos à fenomenologia, que permitia uma mudança do enfoque dos sistemas espaciais para a experiência do homem, principalmente no tocante a seus significados e a sua intencionalidade.

A geografia do futuro, dizia a autora, deveria se dedicar à exploração do mundo cotidiano, engajando-se nos problemas sociais e explorando a vocação erudita e as questões éticas, em suma, revolucionando o pensamento geográfico.

A delimitação de um novo campo da geografia

Podemos concluir, a partir do que foi colocado anteriormente, que no início dos anos 70 havia um grupo de geógrafos culturais e históricos empenhados na renovação de sua disciplina a partir de um enfoque centrado na subjetividade das ações humanas. Para atingirem seus objetivos, adotaram uma base filosófica fenomenológico-existencialista e o conceito espacial de lugar, configurando um campo próximo que denominaram de "geografia humanista".

Nesse processo, alguns, como Tuan, esforçaram-se para distinguir este novo campo da geografia cultural tradicional, enquanto que outros, como Lowenthal, não se preocuparam em delimitar um novo campo. Apesar disso, ambas as atitudes contribuíram para o estabelecimento da geografia humanista, mas derivaram de concepções diferentes: uns viam no humanismo o caminho para viabilizar novas abordagens da questão ambiental e da conscientização do indivíduo; outros voltavam-se a antigas questões da disciplina, procurando resolvê-las a partir do humanismo e, principalmente, das humanidades.

Nunca existiu uma "geografia fenomenológica", a não ser em racionalizações *a posteriori* (Neil Smith, 1979; Relph, 1981). Não houve, portanto, um desvirtuamento desta em uma geografia humanista, mais eclética. A geografia humanista foi resultado de um longo processo de revisão e de renovação da geografia cultural e histórica norte-americana. Assim como a geografia radical foi uma síntese de idéias anarquistas, estruturalistas e marxistas, a geografia humanista foi uma síntese de idéias provenientes da fenomenologia, do existencialismo, com pinceladas estruturalistas e idealistas.

Esta base filosófica foi sintetizada e reelaborada pelos geógrafos, ou seja, extraíram-se postulados filosóficos que interessavam mais diretamente à geografia. As questões básicas referiam-se à valorização do mundo vivido (*Lebenswelt*), da experiência e da intencionalidade humana, do autoconhecimento, da interdisciplinaridade e do intercâmbio com as humanidades. Restava apenas que o campo fosse reconhecido pela mídia oficial.

O reconhecimento da geografia humanista

O ano de 1976 marca o reconhecimento da geografia humanista como campo autônomo pela mídia especializada norte-americana. Os artigos de Tuan - "Humanistic Geography" (Tuan, 1976 A) - e de Buttimer - "Grasping the Dynamism of Lifeworld" (Buttimer, 1976) - foram publicados no *Annals of AAG* (julho de 1976). O livro de Relph (1976), intitulado "Place and Placelessness", era a publicação revisada de sua tese de doutorado ("The Phenomenon of Place", 1973).

Buttimer (1976) dedicava-se à humanização da Terra, apropriando-se do termo *dwelling* criado por Heidegger para sintetizar a investigação das ciências humanas sobre a natureza, o espaço e o tempo. Os fenomenologistas, dizia a autora, têm sido investigadores mais sistemáticos deste tema, partindo da experiência vivida como alternativa à ciência objetiva.

Como já fizera em "Values in Geography" (Buttimer, 1974), a autora selecionaria alguns conceitos provenientes da fenomenologia e do existencialismo, adequando-os à geografia. Destes os mais importantes seriam os da intencionalidade e do mundo vivido, que obrigam a apreensão do mundo cotidiano como unidade dinâmica, experienciada holisticamente.

Para a autora, o aporte fenomenológico a ser utilizado pelos geógrafos partia de dois pontos fundamentais: um conceitual, referente à diferenciação entre espaço vivido e espaço representacional; outro metodológico, referente à experiência subjetiva e à experiência objetiva.

A partir de uma confrontação crítica dos pensamentos predominantes na ciência ocidental - o empírico e o idealista - Buttimer concluía pela existência de três caminhos para a pesquisa na geografia: a construção de espaço como mosaico de lugares que refletem as vontades, os valores e a memória humanos; o estudo do espaço social, que filtra os sistemas sociais e as redes de interação; e o estudo do espaço em termos de processos ecológicos e de sua organização funcional.

A experiência do lugar seria objeto de conclusões comuns da geografia e da fenomenologia, em níveis diferentes, no entanto, pois a fenomenologia tenderia a universalizar os dados, enquanto os cientistas sociais não poderiam aceitar este princípio. O modo de suplantar estas diferenças estaria em estudar o mundo vivido como experiência pré-consciente, e investigar o papel do espaço social, considerado como a sociedade em seu território, a partir da intersubjetividade.

Tuan, por sua vez, procurava definir uma "orientação humanista" em seu artigo de 1976. O autor discutia os diversos significados do humanismo ao longo do tempo, concluindo por uma definição ampla do que é a pessoa humana e do que ela pode fazer. A crítica humanista à religião na Renascença seria comparável à crítica humanista à ciência na atualidade. Para ele:

"O humanista hoje não nega as experiências científicas sobre o homem; ele constrói sobre elas" (Tuan, 1976 A, p. 267).

Seriam utilizados cinco temas de interesse dos geógrafos - o conhecimento geográfico, territorial e de lugar, aglomeração e privacidade, modo de vida e economia e religião para demonstrar que a geografia humanista não está ligada a um único assunto, mas sim à leitura de todos os temas geográficos. O humanista, dizia ele, tem que ter em mente que o conhecimento é sempre parcial, existindo como uma unidade integrada que funciona em sua totalidade.

Tuan concluía que a geografia humanista é construída sobre o conhecimento científico de modo crítico, procurando na filosofia um ponto de vista unificador que permita uma avaliação da extensa gama de fenômenos humanos, que devem ser analisados sistematicamente, mas que estão além da metodologia científica.

O livro de Relph (1976) emitia opiniões semelhantes. A maneira como eram discutidas as questões ambientais era considerada insatisfatória e inquietante, pois partia de análises mecanicistas e simplificadoras, dissimuladas de objetividade científica, às quais se oporiam análises feitas a partir de um fenômeno do mundo vivido - o lugar, palco de uma diversidade de experiências que não se prestam ao estudo científico.

Como Tuan (1980 A) já fizera, Relph distinguia as experiências de espaço das de lugar, identificando seis tipos de espaço: o pragmático ou primitivo, ligado à ação inconsciente; o perceptivo, ligado à experiência imediata; o existencial ou vivido, resultado de experiências intersubjetivas; o arquitetônico ou do planejamento, que envolve a vontade deliberada de construir espaço; o cognitivo, que é um constructo teórico; e o abstrato, sobre o qual ocorrem as relações espaciais lógicas.

Os lugares, dizia o autor, são um modo particular de relacionar as diversas experiências do espaço, sendo singulares porque atraem e concretizam nossas intenções. Por isso, o lugar não é uma categoria definida, mas relacionada com a experiência continuada no mesmo espaço.

Este é o motivo pelo qual o lar é o centro mais profundo da intenção, centro primitivo da ação ligada à essência do ser. Os lugares se compõem de três elementos inter-relacionados: os traços físicos, as atividades ou funções observáveis e os significados.

Para Relph, só a compreensão dos lugares a partir da experiência cotidiana poderia deter a marcha da geografia do não-lugar, ligada à inautenticidade das experiências refletidas nas atitudes ou ações de massa, referentes ao domínio do outro, e que são típicas das sociedades industrializadas. A geografia humanista seria a geografia dos lugares.

As críticas à geografia humanista

A consolidação da geografia humanista, como consequência de seu reconhecimento pela mídia, coincidiu com o aparecimento das primeiras críticas e discordância sobre sua base filosófica e seus objetivos.

Um ensaio intitulado "Contemporary Humanism in Geography" (Entrikin, 1976) seria o primeiro a discutir sobre a metodologia e a base filosófica da geografia humanista, considerando-a como uma alternativa inviável para a geografia científica.

Para Entrikin, as proposições humanistas procuravam adequar velhos argumentos a um novo vocabulário, baseado na fenomenologia e no idealismo. No entanto, o núcleo de sua interpretação estava nos enunciados de Husserl - a redução eidética, a redução fe-

nomenológica, a teoria da intencionalidade, entre outros -, que seriam desconsiderados em relação à interpretação existencialista dada a esses temas, calcada no "homem no mundo" e no "mundo vivido".

Para o autor, se o objetivo do humanismo estava estabelecido, tratando de descrever as experiências do homem tal como são vividas, a forma de se alcançarem essas metas era obscura, devido às dificuldades no emprego do próprio método fenomenológico.

Ao fazer a distinção entre a abordagem científica e a abordagem humanista, Entrikin partia da suposição de que a separação entre a conceituação da experiência e o desejo de descrevê-la implica a experiência pre-conceitual. Porém, dizia o autor, a linguagem, que também é utilizada pelos humanistas, não pode descrever este tipo de experiência. Por esse motivo, o humanismo, inspirado na fenomenologia, exigia bases isentas de pressupostos e, como não existe linguagem sem pressupostos, ele não passava de uma crítica.

Esse artigo de Entrikin serviu para levantar algumas dificuldades metodológicas que poderiam surgir da aproximação da geografia com a fenomenologia. No entanto, ao privilegiar a fenomenologia husserliana e ao enfatizar uma investigação isenta de pressupostos, criou uma imagem parcial do que era pretendido pelos humanistas, minimizando os conceitos fenomenológicos que haviam sido apropriados pelo coletivo e reduzindo seus estudos a uma simples crítica ao positivismo. Estes aspectos se vulgarizaram em críticas posteriores à geografia humanista, contribuindo para uma divulgação errônea de seus objetivos.

A discussão sobre a geografia humanista e sobre a utilização da fenomenologia criaria polêmicas no próprio coletivo humanista. Relph criticaria os artigos de Tuan (1976 A) e de Buttimer (1976), atribuindo ao primeiro uma visão limitada e ao segundo uma visão programática e conservadora.

Para Relph, existem muitos tipos de humanismo, razão pela qual ele transcende as divisões por disciplinas. O geógrafo humanista não seria, portanto, um investigador de ambigüidade nas relações homem-natureza, mas

qualquer um que conduza sua vida humanisticamente.

O autor criticaria Buttimer por tomar a fenomenologia como preâmbulo para procedimentos científicos e por sua ênfase na criação de uma nova linguagem. Segundo ele, a crítica fenomenológica se dirige a uma distorção da linguagem pelos significados científicos, não se dispondo a criar uma nova linguagem.

Essas discordâncias de Relph (1977), ou pontos de vista diferenciados do que seria a geografia humanista, tiveram seu lado positivo: o estímulo às pesquisas mais aprofundadas sobre o humanismo (Relph, 1981) e sobre a relação da fenomenologia com as ciências naturais (Pickles, 1985).

A ampliação do campo humanista

A discussão das propostas humanistas nos meados da década de 70 delinearía três abordagens. A primeira se referia à crítica e/ou reconhecimento dos humanistas pelos geógrafos culturais e históricos. A segunda inaugurava uma série de levantamentos críticos que comparavam "paradigmas" filosóficos da geografia contemporânea. A terceira procurava solucionar problemas relativos à base fenomenológico-existencialista.

Mikessel (1978) inaugurou o reconhecimento da importância dos humanistas para a renovação da geografia cultural. O autor discutia as origens comuns do comportamentalismo e do humanismo na década de 60 e a crescente separação entre pesquisas experimentais e interpretativas, entre racionalidade científica e racionalidade humanista.

Leslie King (1976) via os paradigmas ligados à fenomenologia e ao marxismo como alternativas à análise positivista, pois ambos recusavam a separação entre fato e valor. O autor preconizava uma aproximação crítica dos valores, um meio-termo entre a fenomenologia e o marxismo, como alternativa para a geografia.

Cosgrove (1978) observava que nas humanidades e nas ciências sociais sempre houve uma tensão entre conhecimento e existência, e que esta dialética está implícita na geografia humanista. Mas os humanistas substituíram o tempo e a força das mudanças, referindo-se às experiências coletivas de uma maneira idealista. Os falhavam na análise

dialética entre mente e mundo porque consideravam o segundo termo abstrato. Os marxistas, apesar de falharem também ao vê-lo como mero reflexo das forças e relações de produção, poderiam ajudar na resolução da questão, que estaria na aplicação do método dialético materialista na análise da importância simbólica do lugar.

Também Sayer (1979) dizia que a geografia humanista falhou no esclarecimento de pontos importantes levantados pela fenomenologia, tais como uma concepção inadequada da função e da natureza da intersubjetividade e uma visão distorcida e parcial da natureza. Estes pontos poderiam ser corrigidos com a ligação dos significados intersubjetivos às normas sociais e com a análise das implicações do trabalho sobre a natureza.

Jonhston (1986 C, 1980) propunha a diferenciação entre o humanismo e o comportamentalismo a partir dos modernos paradigmas da geografia. Para ele, a geografia comportamental discordava da teoria, mas não dos métodos positivistas, enquanto que a geografia humanista era herdeira direta da geografia cultural, a partir de uma abordagem alternativa ao positivismo.

Para o autor, a geografia comportamental e também a humanista resolveram problemas no nível dos indivíduos tomadores de decisões, mas a fenomenologia não servira para resolver os problemas no nível das generalizações. Por outro lado, a aproximação estruturalista dera conta da macroescala, mas tinha problemas com a microescala.

Robert David Sack (1976) também procurava aproximações intermediárias entre positivismo e a fenomenologia a partir de uma oposição entre uma estrutura "subjetiva-afetiva-experimental" e outra "objetiva-analítica". Para o autor, ambos os enfoques obrigam uma relação dialética entre observador e observado, dependendo dos valores sociais e da linguagem compartilhada por ambos. Assim, as artes e a magia, por serem manifestações observáveis da harmonia universal, poderiam servir de ponte entre os enfoques subjetivo e objetivo.

Bunkse (1978) propunha a aferição na medida em que o estudo das atitudes para com a natureza pode representar a realidade sociocultural. Para ele, o estudo da experiência vivida, proposto pela geografia humanista,

poderia ajudar na resposta a essas questões, principalmente no estudo do folclore.

No início da década de 80, as discussões sobre a base filosófica ficaram em segundo plano, suplantadas por uma procura de antecessores representativos de determinada postura filosófica. Cosgrove (1979) se dedicava ao estudo da imaginação geográfica como estava colocada na obra de Ruskin, que originara uma proposta de geografia cultural calcada na morfologia e em uma teoria da paisagem próxima à fenomenologia, ao discutir a inautenticidade na produção dos lugares quando está alheia a seus aspectos morais.

Entrikin (1980) discutia a adequação da ecologia humana, proposta por Robert Park, como uma possibilidade de aproximação do aporte humanista com a geografia social. Ele concluiu que muitos dos temas debatidos por cientistas humanos e por filósofos na virada do Século XX eram similares aos da geografia contemporânea, podendo servir no esclarecimento de questões atuais.

Os aportes críticos que acabamos de comentar direcionariam algumas das discussões da geografia humanista na década de 80. Estas discussões referenciam-se à herança humanista proveniente da geografia cultural e histórica, ocupando-se, também, de antecessores que poderiam esclarecer pontos obscuros da proposta humanista, ou ainda de aportes correlatos capazes de auxiliar na consolidação daquele campo da geografia.

Essa tentativa de resolução de questões pendentes se refletiria na discussão acirrada do "paradigma" humanista ante outros paradigmas da geografia, gerando uma crítica do coletivo humanista ao próprio conceito de paradigma e um aprofundamento nas questões filosóficas da fenomenologia e nas possibilidades de aproximação com o estruturalismo.

Os humanistas e as humanidades

Já falamos da produção "geosófica" ligada à geografia humanista. Durante a década de 70, o número de autores dedicados à relação da geografia com as humanidades cresceu. O próprio Lowenthal continuava sua discussão sobre as ligações entre as paisagens do presente e as paisagens do passado, e sua fonte de pesquisa era a literatura e as artes (Lowenthal, 1977 e 1978).

Rees (1978) se apoiaria em Ruskin para distinguir o domínio da arte do domínio da

ciência. A concepção deste humanista do Século XIX era comparada à "geografia informal" proposta por Wright (1947), que também se referia a fontes não científicas de informação, como a pintura de paisagens.

A visão do artista, dizia Rees, como a da criança, é unitária e holística. Ela não separa o ambiente percebido pelos sentidos, ou ambiente perceptivo, do que aprende sobre este ambiente, ou ambiente conceitual. Esta é a síntese que a geografia humanista propõe, e que no caso da pintura está ligada ao lugar e à identidade. Os pintores diferenciam o ambiente, que é o espaço físico, do lugar com o qual se identificam espiritualmente. A arte, então, ajuda a todos a satisfazerem suas necessidades de conforto e de segurança representadas pelo lugar.

Pocock (1981 A) ligaria a geografia à literatura ao publicar uma coletânea intitulada "Humanistic Geography and Literature: essays on the experience of place", que reunia trabalhos de vários componentes do coletivo humanista. Nesse livro, Cosgrove, em parceria com Thorne, retomaria a questão da ordem moral na obra de Ruskin. Lloyd propunha uma análise da geografia social a partir da literatura. Prince dedicava-se às paisagens de Suffolk, narradas por George Crabba. Salter utilizava-se de "Vinhas da Ira" de Steinbeck para fazer geografia cultural. Seamon trabalhava a dialética da visão do nativo e do estrangeiro nos romances de Dóris Lessing.

A consolidação do coletivo humanista

Se até meados da década de 70 havia esforços isolados para o estabelecimento de uma epistemologia e de uma metodologia próprias para a geografia humanista, o ano de 1978 marca o início de uma procura de definições, consolidada no livro "Humanistic Geography: prospects and problems" (Ley e Samuels, 1978 A).

Na introdução deste livro, os autores contextualizavam o surgimento da geografia humanista, colocando-a como integrante de um movimento que questionava os paradigmas e as prioridades da tradição analítica. Eles observavam que esse movimento começou com uma crítica ao desenvolvimento tecnológico que ameaça levar o planeta à destruição.

Sua ponderação era de que existem muitos tipos de humanismo que por vezes chegam a se opor. O humanismo contemporâneo teria similaridades com o humanismo renascentista, ambos enfatizando a importância da ação humana, o primeiro colocando-se contra o humanismo científico e o segundo, contra o humanismo cristão.

O livro dividia os problemas do humanismo contemporâneo em três classes: a que procura uma epistemologia apropriada; a do conjunto de princípios epistemológicos e ontológicos que exigem o desenvolvimento de métodos particulares deles derivados; e a da necessidade de contribuição substantiva a partir desses métodos derivados.

No que se refere à primeira classe de problemas, Samuels (1978) discutia a relação entre o existencialismo e a geografia. Para ele, a relevância do "neo-humanismo" na geografia devia ser esclarecida, e a chave desse esclarecimento estava no existencialismo. Isso porque tanto o humanismo marxista como a geografia humana e a fenomenologia existencial tinham sua ligação na curiosidade acerca dos laços entre a natureza e a sociedade, com destaque para a espacialização dessa relação.

O autor rebatia as críticas de Entrikin (1976) que dizia que a fenomenologia e o existencialismo não fornecem estrutura filosófica para uma perspectiva espacial. Para Samuels, o existencialismo provê uma ontologia espacial do homem baseada em dois componentes da espacialidade: a distância subjetiva que enfatiza a mudança de lugar; e a relação objetiva, que enfatiza a situação de mudança.

A geografia existencial, dizia Samuels, não se refere somente à realidade, impacto ou valor do espaço subjetivo; ela está próxima do idealismo geosófico de Wright, que diz ser o homem, por definição, alienado (ou estranho) ao mundo devido à distância. Desse modo, fazer uma geografia existencial é fazer uma geografia da alienação, definida como a história da procura das raízes e, por extensão, dos lugares com os quais elas se relacionam.

O capítulo escrito por David Ley (1978) preocupava-se com o vácuo epistemológico da geografia social desde os anos 60, que,

segundo o autor, seria preenchido ou pelo marxismo estrutural, com ênfase nas relações econômico-funcionais, ou pelo humanismo, que incorpora os valores humanos e a percepção.

O autor pensava em humanismo desvinculado do idealismo transcendental de Husserl e mais ligado à fenomenologia de Merleau-Ponty e Schutz, que contextualiza as percepções no mundo concreto da vida cotidiana. O marxismo era considerado atrativo porque incorporava, como tema central, as relações materiais e estruturais, assim como a distribuição do poder, reduzindo, no entanto, valores e ideais a epifenômenos derivados da subestrutura.

Ley propunha a reconstrução da geografia social a partir de três "blocos construtores": o antropocentrismo autoconsciente e o mundo da vida cotidiana; a natureza social inerente ao ser humano; e a intersubjetividade, identificada com as influências contextuais sobre o indivíduo, como o intercâmbio entre o sujeito e um ambiente multidimensional. Assim, fazendo-se a união de posições divergentes, se sintetizariam os laços entre homem e ambiente e intencionalidade humana e fatores estruturais, vistos a partir de uma relação dialética entre as realidades estruturais e a construção humana da realidade.

Na segunda classe de problemas relativos ao desenvolvimento de métodos próprios ao humanismo, podemos destacar o capítulo escrito por Tuan (1978 A), dedicado às relações da geografia com a literatura. Para o autor, a geografia acadêmica se afastara muito das humanidades ao se dedicar ao estudo dos processos naturais e dos aspectos "externos" dos fenômenos humanos.

Para Tuan, a principal função da fala é a reconstrução da experiência, sendo a literatura um meio formal de articular esta necessidade humana. Para ele, tanto a arte como a ciência se abstraem do fluxo total da experiência humana, segmentando a realidade e criando quadros do mundo. No entanto, a primeira procura a completude e a segunda, o esclarecimento, sendo este o motivo pelo qual as composições literárias e não-literárias têm graus de explicitação diferentes.

A literatura não está preocupada com detalhes factuais; apesar disso, a realidade humana apresentada pelo novelista é muito mais

complexa do que a que o cientista normalmente conhece. A literatura pode fornecer a evidência de como as pessoas, no passado e em outras culturas, percebem a realidade resolvendo um problema fundamental do cientista social, que é o de combinar aspectos subjetivos com aspectos objetivos.

Na terceira classe de problemas referentes a propostas de pesquisas, destacamos os capítulos de Seamon (1978) e de Duncan (1978). Seamon se dedicava a uma aproximação bastante particular, proposta por Goethe, para uma compreensão mais completa dos fenômenos. Essa aproximação denominada, pelo próprio Goethe, de "alta contemplação" (*Hoëre Anschauung*) ou de "empirismo delicado" (*Zarte Empirie*) recusava a separação do ser e das coisas, procurando penetrar no seu íntimo através da percepção que se tem delas. O tempo e a prática deveriam levar à descoberta do padrão essencial, ou processo da coisa (*Ur-Phänomen*). Seamon observava que, diferentemente de Husserl, que se aproximava da coisa através da *epoche*, Goethe enfatizava o processo pensando sobre a coisa e intelectualizando o mínimo possível sobre ela.

Duncan (1978) trazia a contribuição do interacionismo simbólico para a geografia humanista. O interacionismo seria uma tradição filosófica genuinamente americana que recusava a visão individualista do homem, colocando-se contra a separação entre indivíduo e sociedade, e considerando que o *eu* é em grande parte produto das opiniões e das ações dos outros.

A essa noção tradicional do interacionismo, o autor sugeria a adição de dois conceitos marxistas: o de reificação e o de alienação, que permitiriam a constatação de discrepâncias entre significados, consciência, razões e definições de situação, e a "realidade objetiva".

O livro de Ley e Samuels (1978) marca a unificação de uma série de abordagens humanistas, possibilitando que algumas críticas fossem absorvidas e outras rebatidas. O coletivo humanista passava a ter posições epistemológicas bastante claras, orientadas pela fenomenologia existencialista, e cada vez mais próximas do estruturalismo e do marxismo. No campo metodológico,

havia um grande ecletismo que perduraria até meados dos anos 80.

O final dos anos 70 marcou o auge da criação e da produção humanista. Se "Humanistic Geography" (Ley e Samuels, 1978) marcou o reconhecimento da existência do coletivo humanista, "Making Sense of Time" (Carlstein, Parkes e Thrift, 1978) marcaria o reconhecimento da importância da questão temporal para a geografia. Dos diversos capítulos desse livro, vamos nos deter no de Tuan (1978 B), intitulado "Space, Time, Place: a humanistic frame".

O autor observava que espaço, tempo e lugar estão indissoluvelmente ligados pela experiência vivida, só podendo ser separados pela imaginação. Existiria um espaço mítico onde o tempo é visto de três maneiras: o tempo cosmogônico, relacionado com as origens do homem; o tempo humano, relativo ao curso da vida humana; e o tempo astronômico, relativo aos ciclos naturais. Os dois primeiros são lineares e unidirecionais, o último é cíclico e repetitivo. O pensamento ocidental, originado na fusão dos ideais gregos e hebraicos, se debate entre uma visão temporal cíclica, devido aos primeiros, e uma visão temporal seqüencial e unidirecional, devido aos outros.

Outro conceito espacial utilizado pelos humanistas foi o de paisagem, como podemos ver em "The Interpretation of Ordinary Landscapes" (Meinig, 1979), principalmente nos capítulos escritos por Samuels e Tuan. Samuels (1979) examinava a possibilidade de se traçar uma biografia da paisagem. Essa possibilidade, dizia ele, dependia da escolha entre a tradição grega, que enfatiza a explicação concentrando-se em forças e ações impessoais, e a tradição hebraica, que enfatiza a atribuição, concentrando-se na ação dos indivíduos. A tradição humanista estaria próxima da hebraica ao focalizar o papel dos indivíduos na construção da paisagem. Tuan (1979) se dedicava à diversidade de imagens que as paisagens evocam para diferentes tipos de pessoas. Sua conclusão era que a paisagem é uma composição de elementos funcionais e utilitários com os valores.

Feitos esses comentários, concluímos que a década de 70 foi muito rica na produção humanista. Seus autores de início isolada-

mente, conseguiram espaço na mídia especializada. As críticas subseqüentes, que procuravam incorporar o movimento a outras correntes ou campos, como o comportamental, o idealista, o neokantista ou o marxista, obrigaram os humanistas a unirem seus esforços (1978) rebatendo os autores que os colocavam como meros críticos da geografia positivista, ou colocando as questões no plano metodológico.

O final da década seria dedicado, pelos principais nomes do coletivo, às questões epistemológicas e à investigação metodológica que abriam novas perspectivas de pesquisa. Não podemos deixar de ressaltar que contextualmente esse momento se assemelhava ao que ocorrera no final dos anos 60 (1965). O mundo passava pela crise do petróleo, que modificou as relações mundiais aguçando as preocupações com as alterações ambientais, provocadas por uma tecnologia forjada nos moldes positivistas. Os geógrafos humanistas já estavam dedicados a essa questão há mais de uma década, o que serviu para aumentar seus quadros, imprimindo uma característica de certo ecletismo e de diversidade.

A GEOGRAFIA HUMANISTA NOS ANOS 80

A ampliação do campo filosófico humanista

A expansão do coletivo humanista no início da década de 80 propiciou a abertura de novas frentes de pesquisa, com a adesão de geógrafos sociais norte-americanos e uma influência crescente dos geógrafos culturais e históricos ingleses, que imprimiram novas características ao coletivo humanista, deslocando o debate filosófico extrageografia para um debate epistemológico intrageografia.

Um livro publicado em 1980, "The Human Experience of Space and Place" (Buttimer e Seamon, 1980), marca o início sutil dessa mudança. Diversamente das coletâneas do final da década passada, onde a discussão filosófica constituía o tema central, agora era enfatizada a teorização das experiências geográficas vividas, filtradas pela conceitualização humanista de espaço e lugar. No livro

eram abordadas experiências vividas de alcoólicos, idosos e dos anarquistas durante a guerra civil espanhola. Havia também uma vertente teórica, representada por Bobby Wilson, que se dedicava ao interacionismo simbólico, e por Courtice Rose, que via a geografia como uma atividade de interpretação de textos.

O capítulo de Seamon (1980) analisava as relações espaciais que são construídas a partir do corpo humano como referencial, enquanto que Buttimer (1980) se dedicava a pesquisar a intensidade e a qualidade da relação das pessoas com o lugar a partir da dialética entre o lar e os horizontes a serem alcançados (*horizons of reach*).

O questionamento dos paradigmas da geografia

O ecletismo na utilização de aportes diversos pela geografia levou a um questionamento da aplicabilidade de paradigmas pela disciplina, confluindo para uma demolição desse referencial/conceitual. O livro "Geography, Ideology and Social Concern" (Sttodart, 1981 A) reunia vários autores que questionavam o conceito de paradigma. Já na introdução o próprio Sttodart (1981B) questionava a existência de uma geografia calçada em uma série cronológica de eventos a partir de escolas nacionais.

No mesmo livro, Sttodart (1981 C) questionava a relevância dos modelos criados para explicar o desenvolvimento e as mudanças nas ciências sociais, observando que o conceito de paradigma, como fora enunciado por Kuhn, não se adequava às mudanças que acontecem na geografia.

Buttimer (1981) iria mais longe, questionando a aplicabilidade do conceito de paradigma na geografia. Oferecia como opção aproximações autobiográficas combinadas com aproximações paradigmáticas. Berdoulay (1981), por sua vez, propunha uma aproximação contextual como alternativa à análise paradigmática.

Relph (1981) procurava demolir as bases que permitiriam a existência da geografia humanista enquanto paradigma. Para o autor, a diversidade de significados da palavra "humanista", segundo o contexto, se refletia na própria concepção dos geógrafos acerca da

geografia humanista. Ele selecionaria quatro concepções distintas: uma crítica dos significados e dos valores a partir da fenomenologia (Entrikin); uma busca dos laços entre a geografia e seus métodos a partir das humanidades (Tuan); uma aproximação construtiva que reconciliaria a geografia com as ciências sociais (Ley e Samuels); e uma derivação da tradição da geografia histórica e cultural (Clark). Para o autor, a geografia humanista se opunha apenas superficialmente à geografia científica devido às deficiências do conceito de humanismo.

Harvey e Holly (1981) diziam que o conceito de paradigma seria aceitável se as proposições iniciais de Kuhn e de Popper fossem recolocadas não como revoluções, mas como extensão e reorientação de posições. O ecletismo "caótico" seria recusado pelos autores que procuravam na adoção de novas aproximações filosóficas a origem de novos paradigmas.

Já Johnston (1986 B) colocaria três bases filosóficas - o positivismo, o estruturalismo e o humanismo - como as grandes referências paradigmáticas do pensamento geográfico contemporâneo. Seria, no entanto, o próprio Johnston (1981) que acenaria com possibilidades concretas de uma leitura alternativa para o desenvolvimento da geografia, ao recusar a ruptura a partir das revoluções como fora proposta por Kuhn e Popper, oferecendo a alternativa da análise da aparente anarquia na transmissão das idéias na disciplina.

Esse debate em torno do conceito de paradigma daria o tom dos debates humanistas nos dois primeiros anos da década de 80. Com o distanciamento de dez anos, podemos afirmar que a adoção deste conceito poderia ter inviabilizado o desenvolvimento da geografia humanista, que se debatia entre muitos temas e aportes e com a instabilidade do coletivo que centralizava os debates.

O ecletismo nas pesquisas dos anos 80

No início dos anos 80, o coletivo humanista assistiria a uma evasão de alguns de seus componentes, como Relph, por exemplo, e se debateria com a multiplicação de temas, que iam dos trabalhos mais conservadores

dos “geosóficos” até as propostas de fusão do humanismo com o marxismo.

Levantamentos feitos na época, por exemplo, por Ley (1981 e 1983), mostram a diversidade de aproximações adotadas pelos geógrafos humanistas. Ley via a “corrente” humanista como uma perspectiva teórica que objetivava ligar a geografia às humanidades e às ciências sociais a partir de uma orientação filosófica e teórica mais crítica.

O grupo humanista que mantinha a linha mais estável era o dos geosóficos, com trabalhos voltados para a literatura (Pocock, 1981; Aiken, 1981; Hudson, 1982) e para as artes plásticas (Rees, 1981 e Bunkse, 1981).

Outro grupo procuraria nos filósofos e na filosofia o auxílio para uma abordagem interdisciplinar para a geografia. Mills (1982) estudava a obra do pensador Vico, do Século XVIII. Livingstone e Harrison (1981 A), interpretavam a “Crítica da Razão Pura” de Kant. Curry (1982) recorria às idéias de Wittgenstein.

O papel da imaginação na filosofia e na teoria geográfica seria discutido por Livingstone e Harrison (1981 B), que fazia um estudo comparativo do uso coloquial das metáforas e mitos e o uso científico dos modelos. Para os autores, o debate filosófico da década anterior contemplava muito pouco a estrutura interna da explicação e do próprio processo de reconstrução racional que culmina com a criação de teorias.

A importância das metáforas para a análise dessa estrutura e desse processo era ressaltada pelos autores. As metáforas se refeririam à criação de novas categorias de significados, da mesma forma que o mito impõe uma ordem cósmica manifesta. Por outro lado, a ciência possuiria quatro modos teóricos - experimentais, lógicos, matemáticos e teóricos -, que exigem a incorporação de uma epistemologia que inclua suas características metafóricas e mitológicas. Era, então, proposto um modelo “metafórico-mítico-modelar” (“*methaphor-mith-model*”) que permitiria a análise das imagens fronteiriças entre o mito e a ciência.

Outros humanistas discutiram, também, o papel das metáforas na criação de teorias pela geografia. Buttner (1982) falava do papel das metáforas na criação de conceitos geográficos. Cosgrove (1982) propunha uma

geografia da paisagem calcada na idéia de mito. Mugerauer (1981) discutia a geografia regional como uma disciplina hermenêutica.

Outro debate seria suscitado por Agnew e Duncan (1981) ao discutirem a difusão das idéias na geografia anglo-americana. Segundo os autores, os levantamentos e colocações programáticas davam pouca importância para a compatibilização entre as idéias filosóficas e as implicações políticas agregadas a essas filosofias.

Para Agnew e Duncan, as idéias deveriam ser avaliadas durante o seu processo de apropriação pelos geógrafos a partir de três antinomias estreitamente relacionadas entre si; a do holismo/individualismo, a da estrutura/ação e a do determinismo/liberdade.

A aproximação de humanistas e marxistas

Destes debates, um dos mais interessantes é o que visava a aproximar os conceitos humanistas dos conceitos da geografia radical. Van Der Laan e Piersma (1982) oferecem uma perspectiva por eles denominada de “movimento metacrítico” (*Goal-critical movement*).

A geografia humanista, diziam os autores, estava voltada para o ser humano completo, cujas funções biológicas e mentais estão direcionadas para fontes de informação e de criação do conhecimento. As orientações metacríticas, por sua vez, estariam ligadas às aproximações que criticam os objetivos da ciência, podendo ser identificadas com as aproximações radicais, que têm uma visão social do homem. Para a orientação metacrítica, o homem não pode ser visto como indivíduo, pois ele é determinado pela sociedade, o que implicaria uma análise onde as relações de poder são o centro das atenções.

Gregory (1981) discutia a importância do conceito de estrutura a partir da *geographie humaine* vidalina, fortemente influenciada por Durkheim e Ratzel (neokantianos). Para o autor, a geografia vidalina tinha uma lição para dar à geografia humanista: a de que a transposição da linguagem para a ação tem a contingência e a vida cotidiana como essenciais, e que essa “limitação” é admitida a partir da concepção de “estrutura”, que determina uma matriz de contingência.

O autor procurava as ligações entre esta concepção de “estrutura” da geografia vidalina com o conceito de estrutura proposto por Raymond Williams, Bordieu, Touraine, Habermas e, principalmente, Giddens. Esse último, que elaborara a “teoria da estruturação”, se propunha a fazer uma análise da dualidade das formas de determinação histórica, considerando as propriedades estruturais dos sistemas sociais como meio e consequência das práticas que constituem esses sistemas.

Gregory concluía que o marxismo e o humanismo supõem que as diferentes formas de conhecimento são constituídas das práticas sociais da relação dialética do homem com a natureza, explicitadas pelo trabalho. Assim, uma possível ponte entre o marxismo e o humanismo exigia a retomada e reconstrução (via teoria da estruturação) do debate possibilismo/determinismo, tendo como matéria-prima a vida cotidiana, como é explicada pelo *genre de vie* e pelo “modo de produção”.

Cullen e Knox (1982) faziam uma análise da contribuição positivista, marxista e neomarxista para a geografia urbana, procurando integrá-las com os princípios da filosofia existencial. Para eles, a questão do ser, como fora colocada por Heidegger, fornecia uma base suplementar para a compreensão da estrutura das cidades e de como os indivíduos se vêem no interior desse sistema.

Para os autores, sua proposta metodológica era diversa da marxista ou neomarxista por recusar uma interpretação puramente materialista da dialética, introduzindo três níveis de análise das condições estruturais geradas pela organização econômica e social: o princípio da progressão da transformação dialética; o princípio de regras flexíveis e de estruturas fixas; e o princípio da universalidade, que considera as ações individuais como sendo interpretadas em relação aos imperativos existenciais fundamentais.

O acirramento do debate teórico entre humanistas e positivistas

Os meados dos anos 80 marcam a continuação, mais exacerbada, do debate teórico entre os humanistas, que recusavam as explicações paradigmáticas para a disciplina, e os neopositivistas. Segundo Glick (1985),

esse era um período de hiperconsciência teórica. Os neopositivistas, preocupados com a fragmentação da estrutura epistemológica da geografia, voltaram-se contra os humanistas, que segundo eles prejudicavam o progresso da geografia.

Dessas críticas a mais polêmica foi “Some Thoughts about Theory in Social Sciences” (Papageorgiou, 1982), publicada no periódico “Geographical Analysis”. Esse artigo propiciou a resposta de doze geógrafos que discutiam a “teoria das ciências sociais”, que ocuparam um número inteiro (Janeiro 1983) desse periódico de linha editorial neopositivista. Nessa discussão se envolveram vários humanistas, entre os quais Buttimer, Ley e Tuan, que destacaremos aqui.

Para Buttimer (1983 A) as questões colocadas por Papageorgiou permitiam enquadrá-lo na linhagem dos geógrafos que tomam a geografia como síntese de distribuições comparativas, o que resulta numa visão de mundo em mosaico de padrões que devem ser explicados em termos funcionais/sistemáticos.

No entanto, a geografia feita exclusivamente em termos locais malogrou, dizia a autora, exigindo o reconhecimento de aspectos extra-epistemológicos, a partir do conhecimento crítico do “conjunto filosófico” de onde se baseiam os dados utilizados pela disciplina.

Ley e Pratt (1983) consideravam a visão de Papageorgiou uma abstração conservadora dedicada a descrições generalizantes, ligadas à procura de um método matemático qualitativo para o exame da linguagem. No entanto, segundo eles, uma epistemologia apropriada para as ciências sociais requer mais versatilidade do que é possível para uma linguagem de observação.

Para os autores, essas divergências teóricas partem de uma mistificação da base epistemológica que distingue as perspectivas teóricas, que na verdade se originam em discordâncias ontológicas e epistemológicas. A consequência dessa mistificação seria uma visão instrumentalista, que se utiliza de modelos preditivos para relacionar superficialmente os *status* ontológicos das entidades que são colocadas nos modelos.

Para Tuan (1983), a idéia de que a sociedade está perigosamente fragmentada força seus membros a uma atitude de alerta. Porém:

“O problema *deles* tem duas características distintas: uma é de que ele pode ser claramente formulado; outra mais notável é a de que, uma vez formulado, sua importância é imediatamente evidente...

Nosso problema, ao contrário, raramente pode ser formulado claramente; e, quando pode, seu valor intelectual (em contraposição ao seu valor prático) raramente é óbvio” (Tuan, 1983, p. 70).

Podemos ver que o artigo de Papageorgiou propiciou um balanço de perspectivas teóricas humanistas delineadas na década de 70, além de demonstrar o pouco interesse dos humanistas em conciliar suas idéias com as dos neopositivistas, mesmo quando essas vinham travestidas de pós-empirismo ou em uma geografia comportamental voltada para métodos qualitativos.

Pontes teóricas entre humanistas e marxistas

Se não havia interesse dos humanistas em se aproximarem dos positivistas, cresciam as relações entre humanistas e marxistas. No mesmo ano em que o coletivo humanista rebatia as críticas neopositivistas, eram intentadas aproximações com o marxismo.

Cosgrove (1983) propunha uma “geografia cultural radical”, visto que a geografia humanista toma a cultura como objeto central, via mundo vivido; e que o marxismo necessita reconhecer que o mundo vivido é material, pois se trata do encontro coletivo do sujeito com o objeto, da consciência com o mundo material.

Segundo o autor, construir uma geografia marxista é sustentar a dialética da cultura e da natureza, sem deslizar para o idealismo ou para o materialismo reducionista. Cosgrove via na obra do antropólogo Marshal Sahlins, de interpretação simbólica da cultura, a base para uma aproximação do humanismo com o marxismo. Para isso seria necessária a utilização de um materialismo histórico que reconhecesse o vínculo das formações econômicas e sociais com a produção e a reprodução de espaços específicos (ou paisagens), e que os modos de produção são simbolicamente constituídos, implicando a dotação imediata de significados à paisagem e ao lugar.

Nigel Thrift (1983) propunha uma análise materialista da cultura e do lugar a partir

de fontes literárias. O autor distinguia quatro aproximações para a cultura nas sociedades avançadas: a cultura como um valor em si e como força moral; a cultura vista como relação entre o modo de produção e as formas culturais, ligada a uma estética marxista devido a Lukacs e à “Escola de Frankfurt”; a sociologia empírica da cultura, centrada no papel das instituições; e a antropologia social, que considera as práticas e produtos culturais não somente a partir das condições materiais, mas também como representações produtoras de significado.

Para o autor, as duas primeiras, ligadas ao humanismo e ao marxismo, poderiam ser enriquecidas com as idéias de Edward Thompson e de Raymond Williams. Esse último, por exemplo, ressaltava que a compreensão da hegemonia exigia uma investigação dos elementos culturais dominantes e também uma sensibilização com relação às experiências sociais, por ele denominadas de “estruturas do sentimento”. Baseado nessas idéias, Thrift procurava dar explicação para os múltiplos significados atribuídos ao lugar e ao “sentido de lugar”.

A aproximação dos geógrafos sociais com o humanismo

Outra aproximação que rendeu frutos nos meados dos anos 80 foi a da geografia social com a geografia humanista, devido principalmente a Peter Jackson e Susan Smith, que discutiam a aplicação de conceitos humanistas pela geografia social.

Em artigo intitulado “Social Geography: convergence and compromise”, Peter Jackson (1983) discutia a aproximação recente da geografia social marxista com a geografia social burguesa, concluindo haver uma convergência epistemológica entre os autores que propunham um “debate construtivo”. Entre esses eram citados Ley e Gregory, que fundamentavam teoricamente as relações entre a ação humana e a estrutura social, a partir das obras de Habermas e Giddens. Em seguida, o autor levantava a importância das contribuições marxista e weberiana para a geografia social, destacando os trabalhos de Althusser Castells, Thompson e Williams como uma alternativa “humanista marxista”.

No livro “Exploring Social Geography” (Jackson e Smith, 1984), eram levantadas

as tradições mais significativas da geografia social - o positivismo, o comportamentalismo, o humanismo e o estruturalismo. No capítulo relativo às questões que envolvem o indivíduo e a sociedade na geografia social, seria enfatizada a importância das filosofias do significado para a epistemologia humanista, com destaque para os estudos sobre a intersubjetividade e o mundo vivido, e discutidas as possibilidades oferecidas pela hermenêutica e pela antropologia interpretativa na construção de uma geografia humanista voltada para as questões sociais.

Ainda nesse livro, os autores levantavam as possibilidades de contribuição metodológica oferecidas pelo "método fenomenológico" nos estudos de campo. O desenvolvimento desse método por Ley, que priorizava a perspectiva subjetiva e a compreensão empática, levava os autores a colocarem a tradição humanista como uma "corrente radical" próxima ao humanismo marxista.

A produção teórica de Jackson e Smith se refletia em seus trabalhos de campo que procuravam alternativas para a geografia social. Smith (1984) considerava a etnografia da "Escola de Chicago" capaz de fornecer uma base metodológica para a geografia social através do pragmatismo. O pragmatismo, dizia a autora, poderia introduzir elementos práticos no debate sobre a ação humana, por não se deter no nível ontológico, mas sim no nível prático que acentua a inevitabilidade e a responsabilidade do pesquisador como interventor no ambiente estudado.

Também Jackson (1984 e 1985) propunha uma reinterpretação da pesquisa etnográfica da "Escola de Chicago" e sua introdução na geografia humanista, com o resgate de sua tradição de desvelamento dos mecanismos ocultos que regem a ordem moral e social das comunidades. Ele investigava detalhadamente as origens e a herança deixada pela "Escola de Chicago", considerando sua etnografia como um "método humanista" para a geografia social.

O aprofundamento nas questões filosóficas da geografia humanista

Além do debate entre humanistas e outras correntes da geografia, este período propi-

ciou uma análise mais aprofundada da epistemologia e da ontologia da geografia humanista.

Entre essas análises podemos destacar o livro intitulado "Phenomenology, Science and Geography" de John Pickles (1985). Nesse livro era investigada a natureza da ciência e da pesquisa geográfica. Segundo o autor, a separação entre os domínios da natureza e do homem originou dois grupos de ciências empíricas, a natural e a humana. Como resultado, ambas não podem compreender o contexto original e indivisível de seu objeto.

Sob esse aspecto, a fenomenologia se opunha a este quadro, pois fundamenta o surgimento das ciências empíricas a partir de uma experiência pré-teórica, elucidando o caminho para uma aproximação com a realidade pré-constituída e especificando a natureza da formação dos conceitos.

Pickles examinava as relações da geografia com as metafísicas tradicionais (objetivismo e subjetivismo, positivismo e naturalismo), mostrando que a pesquisa geográfica está fundamentada na ontologia da natureza física e do objetivismo, resultando em uma distorção epistemológica do seu objeto de estudo baseado numa espacialidade apropriada das ciências físicas.

Esta ontologia condicionaria a própria apropriação da fenomenologia pela geografia. Pickles distinguia uma "fenomenologia da geografia", surgida da adaptação da fenomenologia aos conceitos tradicionais da geografia, de uma "geografia fenomenológica", mais próxima da psicologia fenomenológica husserliana e diferenciada da fenomenologia descritiva de Heidegger, propiciando uma ontologia da espacialidade humana.

Autores com mais tradição na geografia humanista seguiam caminhos diversos da discussão teórica predominante. Buttimer, por exemplo, em "The Practice of Geography" (Buttimer, 1983 B), narraria a história recente da geografia a partir da história da vida de alguns de seus expoentes.

Tuan discutia o processo de dominação que o homem exerce sobre a natureza e sobre seus semelhantes (Tuan, 1984) e o conceito de "boa vida" ou de qualidade de vida, em meios culturais diversos (Tuan, 1986).

Robert Sack (1986) propunha a elaboração de uma teoria para a geografia a partir das diversas concepções da territorialidade humana em diferentes períodos de tempo. Para ele, a territorialidade era um fenômeno da experiência humana que pode ser espacializado e temporalizado, mostrando o esforço da construção social de formas ligadas às relações espaciais. Sua proposição era a de utilizar a teoria da territorialidade como uma teoria adicional à já consagrada teoria social da divisão de classes, adequando suas análises aos diversos contextos econômicos ou de escala.

Os diversos caminhos da geografia humanista no final dos anos 80

O final dos anos 80 marca uma crescente absorção de temas humanistas pela geografia cultural. Para muitos, o que estava em jogo não era mais a garantia de sobrevivência da geografia humanista, mas a retomada de uma geografia cultural renovada e renovadora. Sob este aspecto, chama a atenção os numerosos estudos sobre a vida e a obra de Sauer, a chamada "sauerologia" (Rowntree, 1988 e Glick, 1988).

Diante desse ímpeto renovador que se impunha até nos meios mais tradicionais da geografia cultural, muitos temas humanistas perderam o sabor de novidade, enfraquecidos pelo formidável debate epistemológico do início dos anos 80 (Cosgrove, 1989). Deste cenário podemos destacar os vários caminhos trilhados pela geografia humanista na virada dos anos 90.

Os temas clássicos continuaram a motivar trabalhos como o de Hugill (1988), dedicado à anglicização da paisagem norte-americana; o de Pocock (1988), sobre a geografia e literatura, tomando categorias literárias que contêm elementos geográficos; o de Bunk (1990), que procurava na obra de Saint-Exupéry a base para um humanismo artístico-literário, que teria como domínio paralelo os valores humanos referentes ao ambiente.

Novos autores também se dedicaram aos temas humanistas. Quinney (1986) discutia o sentido da paisagem existencial da paisagem rural captada pela fotografia ou cantada

em versos. Xiao-Lun Wang (1990) analisava o conflito entre sentimento de lugar e sentimento de pátria na literatura popular chinesa. McGreevy (1990) falava da construção dos conceitos de família, de infância e de lar a partir das festas natalinas.

O intercâmbio entre humanistas e marxistas continuava, principalmente, através da geografia social. Kobayashi e Mackenzie, em "Remaking Human Geography" (1989), viam possibilidades de convergência do materialismo histórico, a partir da adoção do conceito de história centrado na "ação humana", com o humanismo voltado para o conceito de humanidades baseado na "imaginação geográfica".

Neste livro temos a contribuição de vários autores como Relph (1989), que contraporía aos métodos sistemáticos de estudo da paisagem e do lugar os *responsive methods*, onde as categorias espaciais são contextualizadas a partir da vida cotidiana.

Outra linha de estudos interessante é a seguida por Porteous, que se dedicava a noções de paisagens que não estão ligadas a nossa percepção visual: paisagens olfativas (*smellscape*) (Porteous, 1985); o uso metafórico da imagem do corpo em relação à paisagem (*bodyscape*) (Porteous, 1986 A); e as paisagens interiores (*inscape*) e sua ocorrência na literatura (Porteous, 1986 B).

Finalmente, vamos nos deter na produção recente de Tuan e Buttimer. Tuan (1989) se ocupava com a relação da geografia com a arte, colocando a apreciação estética da superfície terrestre como um dado fundamental para a geografia humanista-cultural (*cultural-humanist geography*). Mais recentemente, Tuan (1990) escolheria como melhor definição da disciplina aquela utilizada na década de 40 - "a geografia é o estudo da Terra como lar das pessoas". Para ele os elementos que definem a geografia são "Terra", "seres humanos" e "lar", recuperando e rearticulando humanisticamente os valores mais caros à geografia cultural.

Buttimer (1990) consideraria o humanismo como o grito de libertação da humanidade, a visão da Terra como Gaia, a emancipação da humanidade a partir de uma visão global dos problemas ambientais. Nesse contexto a geografia humanista seria o fermento para o surgimento de uma nova civilização.

CONCLUSÃO

O acompanhamento da trajetória da geografia humanista anglo-saxônica contemporânea nos permite concluir, antes de tudo, que este campo da geografia é herdeiro direto da geografia cultural saueriana e da geografia histórica. Seriam essas geografias que iriam fornecer os parâmetros para a construção da geografia humanista, tais como o inconformismo com a geografia cartesiana e positivista, levando a colocar a geografia "além da ciência"; a ênfase no estudo da relação do homem com o ambiente, com a valorização da transformação da paisagem pelo homem e a compreensão de que os fenômenos geográficos são tanto espaciais como temporais.

Por outro lado, podemos afirmar que a geografia comportamental teve um papel limitado para o desenvolvimento da geografia humanista. Desde o princípio, ainda na década de 60, comportamentalistas e humanistas tiveram concepções diversas da disciplina: os primeiros visavam à incorporação de aspectos subjetivos à geografia analítica, buscando maior consistência metodológica para uma geografia aplicada; os humanistas propunham uma nova epistemologia para a disciplina, com a incorporação de questões levantadas pela filosofia, antropologia, psicologia, entre outras disciplinas.

A construção desta nova epistemologia ocorria em um contexto onde era pregada a construção de um novo mundo. Propunha-se a liberdade sexual, a igualdade entre brancos e negros, o pacifismo, a conscientização ambiental, em suma, era um movimento pela mudança ética e moral dos costumes. Os humanistas viram, corretamente, a necessidade de a geografia adequar-se a essa mudança, e sob esse ponto de vista constituíram a vanguarda que pregava um novo *status* no relacionamento dos homens entre si e dos homens com o planeta.

A introdução de uma base filosófica existencialista propiciou uma fundamentação epistemológica e ontológica necessária para que a geografia humanista, gerando um questionamento extrametodológico, estivesse além do cotidiano profissional e acadêmico das décadas de 70 e 80.

Hoje, a contribuição da geografia humanista se consolidou, fazendo parte da história da geografia contemporânea. Senão, como tratar da espacialidade do indivíduo, consubstanciada na paisagem e no lugar? Como falar de uma nova ética, de uma nova ontologia ambiental? Como estudar nossa sociedade homogeneizada e voltada para um processo acumulativo no nível do consumo sem considerar os indivíduos e sua intersubjetividade? Como poderíamos enfrentar a infalibilidade da ciência cartesiana e positivista? O pensamento humanista é uma ponte entre a modernidade e a pós-modernidade na geografia.

BIBLIOGRAFIA

- AGNEW, John A., DUCAN, James S. The transfer of ideas into anglo-american human geography. *Progress in Human Geography*, London, v. 1, n. 1, p. 42-57, 1981.
- AIKEN, Charles S. A Geographical approach to William Faulkner's 'The Bear'. *Geographical Review*, New York, v. 71, n. 4, p. 446-459, 1981.
- APPLETON, Jay. Landscape evolution: the theoretical vacuum. *Transaction of the Institute of British Geographers*, v. 66, n. 1, p. 120-123, 1975.
- BERDÓULAY, Vicent. The contextual approach. In: STODART, D. R. (Ed.). *Geography, Ideology and social concern*. Totowa: Barne & Noble Books, 1981. p. 8-16.
- BESSE, Jean-Marc. Lire Dardel aujourd'hui. *L'Espace Géographique*, v. 17, n. 1, p. 43-46, 1988.
- _____. Géographie et existence. In: PINCHEMEL, Besse (Ed.). *L'homme et la terre. Nature de la réalité géographique*. Paris: CTHSD, 1990. p. 135-175.
- BUNKSE, Edmunds V. Commoner attitudes toward landscape and nature. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 66, n. 4, p. 551-566, 1978.

- BUNKSE, Edmunds V. Humboldt and an aesthetic tradition in geography. *Geographical Review*, New York, v. 71, n. 2, p. 127-146, 1981.
- _____. Saint-Exupéry's geography lesson: art and science in the creation and cultivation of landscape values. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 80, n. 1, p. 96-108, 1990.
- BUTTNER, Anne. Social space in interdisciplinary perspective. *Geographical Review*, New York, v. 59, n. 4, p. 417-426, 1969.
- _____. *Values in geography*, Washington, AAG, 1974, 58 p. (Resource paper n. 24).
- _____. Home, reach, and the sense of place. In: BUTTNER, A., SEAMON, David. (Eds.). *The human experience of space and place*. New York: St. Martin's Press, 1980. p. 166-187.
- _____. Grasping the dynamism of lifeworld. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 66, n. 2. p. 266-276, 1976. Tradução de: Aprendendo o dinamismo do mundo vivido, de Christofoletti, A. Perspectivas da geografia. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 165-193.
- _____. On people, paradigms and "progress" in geography. In: STODART, D. R. (Ed.). *Geography, ideology and social concern*. Totowa: Barne & Noble Books, 1981. p. 81-98.
- _____. Musing on hericon: root metaphors and geography. *Geografiska Annaler*, Stockholm, v. 64 B, n. 1, p. 89-96, 1982.
- _____. Teoria, Ryōanji, and the Place Pompidou. *Geographical Analysis*, v. 15, n. 1, p. 42-46, 1983 A.
- _____. *The practice of geography*. Harlow: Longman, 1983B. 198 p.
- _____. Geography, humanism, and global concern. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 80, n. 1, p. 1-33, 1990.
- _____. SEAMON, David (Eds.). *The human experience of space and place*. New York: St. Martin's Press, 1980. 199 p.
- CARLSTEIN, Tommy, PARKES, Don, THRIFT, Nigel (Eds.). Making sense of time (Timing space and spacing time 1). London: E. Arnold, 1978. 150 p.
- CHOAY, Françoise. *L'urbanisme: utopies et réalités: une anthologie*. Paris: Seuil, 1965. 447 p.
- COPETA, Clara (Ed.). *Eric Dardel, l'uomo e la terra: natura della realtà geografica*. Milano: Unicopli, 1986.
- COSGROVE, Denis E. Place, landscape, and the dialectics of cultural geography. *Canadian Geographer*, v. 22, n. 1. p. 66-72, 1978.
- _____. John Ruskin and the geographical imagination. *Geographical Review*, New York, v. 68, n. 1, p. 43-62, 1979.
- _____. The myth and the stones of Venice: an historical geography of a symbolic landscape. *Journal of Historical Geography*, v. 8, n. 1, p. 145-169, 1982.
- _____. Toward a critical cultural geography: problems of theory. *Antipode*, v. 15, n. 1, p. 1-11, 1983.
- _____. A terrain of metaphor: cultural geography 1988-1989. *Progress in Human Geography*, v. 13, n. 4, p. 566-575, 1989.
- CULLEN, Joe, KNOX, Paul. The city, the self and urban society. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 7, n. 3, p. 276-291, 1982.
- CURRY, Michael. The idealist dispute in anglo-american geographer. *Canadian Geographer*, v. 26, n. 1, p. 37-50, 1982.
- DARDEL, Eric. *L'homme et la terre: nature de la réalité géographique*. Paris: CTHS, 1990. 199 p.
- DOWNS, Roger M. Geographic space perception: past approaches and future prospects. *Progress in Geography*, n. 2, p. 66-108, 1970.
- _____. The cognitive structure of and urban shopping center. *Environment and Behavior*, v. 2. n. 1, p. 13-39, 1971.
- DUNCAN, James S. The social construction of unreality: an interactionist approach to the tourist's cognition of environment. In: LEY, D. SAMUEL, M. (Eds.). *Humanistic geography: prospect and problems*. Chicago: Maaroufa, 1978, p. 109-120.
- ENTRIKIN, J. Nicholas. Contemporary humanism in geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 66, n. 4, p. 615-632, 1976. Publicado em português: O humanismo contemporâneo em geografia, no periódico: Boletim de Geografia Teorética, v. 10, n. 19, p. 5-3, 1980.

- ENTRIKIN, J. Nicholas. Robert Park's Human ecology and human geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 70, n. 1, p. 43-58, 1980.
- FEYERABEND, P. K. Against method: outline of an anarchist theory of knowledge. In: RADNER, M., WINOKUR, S. (Org.). *Analysis of theories and methods of physics and psychology*. Minneapolis: University of Minnesota, 1970. p. 17-130.
- FRIED, Marc, GLEICHER, Peggy. Some sources of residential satisfaction in an urban slum. *Journal of the American Institute of Planners*, v. 28, n. 3, p. 305-315, 1961.
- GLACKEN, Clarence. *Traces on rhodian shore: nature and culture in western thought from ancient times to the eighteenth century*. 5. ed. Berkeley: University of California, 1990. 763 p. 1. ed.: 1967.
- GLICK, Thomas. History and philosophy of geography. *Progress in Human Geography*, London, v. 9, n. 3, p. 424-431, 1985.
- _____. _____. *Progress in Human Geography*. London, v. 12, n. 3, p. 441-450, 1980.
- GOODEY, Brian. Mapping "utopia": a comment on the geography of Sir Thomas More. *Geographical Review*. New York, v. 60, n. 1, p. 15-30, 1970.
- GREGORY, Derek. Human agency and human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 6, n. 1, p. 1-10, 1981.
- GUELKE, Leonard. Problems of scientific explanation in geography. *Canadian Geographer*, v. 15, n. 1, p. 38-53, 1971.
- _____. An idealist alternative in human geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 6, n. 2, p. 193-202, 1974.
- _____. On rethinking historical geography. *Area*, v. 7, n. 1, p. 135-138, 1975.
- GULICK, John. Images of an arab city, *Journal of the American Institute of Planners*, v. 29, n. 2, p. 179-198, 1963.
- HARVEY, Milton E., HOLLY, Brian P. (Eds.). *Themes in geographic thought*. New York: St. Martin's Press, 1981. 224 p.
- HUDSON, Brian J. The geographical imagination of Arnold Bennet. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 7, n. 3, p. 365-379, 1982.
- HUGILL, Peter J. English landscape tastes in the United States. *Geographical Review*, v. 76, n. 4, p. 408-423, 1986.
- ISARD, W. *Location and space economy*. New York: Wiley, 1956. 356 p.
- JACKSON, Peter. Social geography: convergence and compromise. *Progress in Human Geography*, v. 7, n. 11, p. 116-121, 1983.
- _____. Social disorganisation and moral order in the city. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 9, n. 2, p. 168-180, 1984.
- _____. Urban ethnography. *Progress in Human Geography*, v. 9, n. 2, p. 157-176, 1985.
- _____, SMITH, Susan J. *Exploring social geography*. London: G. Allen, 1984. 239 p.
- JOHNSTON, R. J. On the nature of explanation in human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 5, n. 4, p. 402-412, 1980.
- _____. Paradigms, revolutions, school of thought, and anarchy: reflexions on the recent history of anglo-american human geography. In: BLOUET, B. W. (Ed.). *The origins of Academy Geography in the United States*. Hamaden: Archon, 1981. p. 303-317.
- _____. Introducción: el estudio internacional de la historia de la geografía. In: _____, CLAVAL, P. (Eds.). *La geografía actual: geógrafos y tendencias*. Barcelona: Ariel, 1986. p. 13-25.
- _____. *Philosophy and human geography: an introduction to contemporary approaches*. 2. ed. Baltimore: E. Arnold, 1986. 178 p. 1. edição em 1983.
- _____. *Geografía e geógrafos: a geografía humana anglo-americana desde 1945*. São Paulo: DIFEL, 1986. 360 p. Tradução de: *Geography and geographers: anglo-american human geography since 1945*. London: E. Arnold, 1979. 232 p. 1. Edição inglesa.
- JONGE, Derk de. Images of urban area: their structure and psychological foundations. *Journal of the American Institute of Planers*, v. 28, n. 3, p. 266-276, 1962.

- KATES, Robert W. The perception of storm hazard on the shores of megalopolis. In: LOWENTHAL, D. (Ed.). *Environmental perception and behavior*. Chicago: University of Chicago, 1967. p. 60-74.
- KING, Leslie J. Alternatives to a positive economic geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 66, n. 2, p. 293-308, 1976.
- KIRK, William. Historical geography and the concept of behavioural environment. In: SILVER jubilee souvenir and M. Subrahmanyam memorial volume. Madras: Indian Geographical Society, 1951. p. 152-160.
- _____. Problems of geography. *Geography*, London, v. 48, n. 22, p. 357-371, 1963.
- KOBAYASHI, Audrey, MACKENZIE, Suzanne. *Remaking human geography*. Boston: U. Hyman, 1989. 273 p.
- KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago, 1962. 210 p.
- LAKATOS, I. Falsification and the methodology of scientific research. In: WORRAL, J., CURRIE, G. (Eds.) *The methodology of scientific programmes*. Cambridge: Cambridge University, 1978.
- LEIGHLY, John (Ed.). *Land and life: a selection from writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California, 1983. 435 p.
- LÉVY, Bertrand. Humanistic Geography ou le pari humaniste de la géographie anglo-saxonne. *L'Espace Géographique*, v. 10, n. 4. p.301-303, 1981.
- LEY, David. Social geography and social action. In: _____, SAMUELS, M. (Eds.). *Humanistic geography: prospects and problems*. Chicago: Maaroufa, 1978, p. 41-57.
- _____. Cultural/humanistic geography. *Progress in Human Geography*, London, v. 5, n. 2, p. 249-257, 1981.
- _____. Cultural/humanistic geography. *Progress in Human Geography*, London, v. 7, n. 2, p. 267-275, 1983.
- _____. PRATT, Geraldine. Is philosophy necessary? *Geographical Analysis*, v. 15, n. 1, p. 64-69, 1983.
- _____. SAMUELS, Marwyn S. *Humanistic geography: prospects and problems*. Chicago: Maaroufa, 1978. 337 p.
- LIVINGSTONE, David N., HARRISON, Richard T. Immanuel Kant, subjectivism, and human geography: a preliminary investigation. *Transaction of the Institute of British Geographers*, v. 6, n.3, p.359-374, 1981A.
- _____. Meaning through metaphor: analogy as epistemology. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 71, n 1, p. 95-107, 1981B.
- LOWENTHAL, David. *George Perkins Marsh: versatile vermounter*. Columbia: University of Columbia Press, 1958.
- _____. Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 51, n. 3, p. 241-260, 1961. Artigo publicado sob o título: Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica, no livro de Cristofoletti, A. Perspectivas da geografia. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 103-141.
- _____. The american scene. *Geographical Review*. New York, v. 58, n. 1, p. 61-88, 1968.
- _____. Visual blight: exercises in interpretation. In: LEWIS, P., TUAN, Yi-Fu, LOWENTHAL, D. *Visual blight in America*. Washington: AAG, 1973. p. 29-43.
- _____. The bicentennial landscape: a mirror held up the past. *Geographical Review*, New York, v. 67, n. 3, p. 253-267, 1977.
- _____. Finding valued landscapes. *Progress in Human Geography*, v. 2, n. 3, p. 373-418, 1978.
- _____. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University, 1985.
- _____. (Ed.). *Environmental perception and behavior*. Chicago: University of Chicago. Department of Geography, 1947. 88 p. (Research paper, n. 109).
- _____. BOWDEN, M. J. *Geographies of the mind: essays in historical geography in honour to John K. Wright*. New York: Oxford University, 1976. 263 p.
- _____. PRINCE, Hugh. The English landscape. *Geographical Review*, New York, v. 54, n. 3, p. 309-346, 1964.
- _____. English landscape testes. *Geographical Review*, New York, v. 55, n. 2, p. 186-222, 1965.
- LUKERMANN, F. Geography as a formal intellectual discipline and the way in which it contributes to human knowledge. *Canadian Geographer*, Montreal, v. 8, n. 4, p. 167-172, 1964.

- LYNCH, Kevin. *The image of the city*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1960. 194 p.
Publicado em português: *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MARSH, George Perkins. *Man and nature*. Cambridge: Belknap, 1964. 1. edição americana: 1864.
- McGREEVY, Patrick. Place in american christmas. *Geographical Review*, New York, v. 80, n. 1, p. 32-42, 1990.
- MEINIG, Donald W. Environmental appreciation: localities as a humane art. *Western Humanities Review*, v. 25, n. 1, p. 1-11, 1971.
- _____. (Ed.). *The interpretation of ordinary landscape*. New York: Oxford University, 1979 A. p. 33-48.
- MERCER, D. C., POWELL, J. M. *Phenomenology and related nonpositivistic view points in the social sciences*. Clayton: Monash publications in Geography, 1972. 62 p.
- MERRENS, H. Roy. The physical environment of early America: image and image makers in colonial South Carolina. *Geographical Review*, New York, v. 59, n. 4, p. 530-556, 1969.
- MILLS, William J. Positivism reversed: the relevance of Giambattista Vico. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 7, n. 1, p. 1-14, 1982.
- MIKESELL, Marvin. Tradition and innovation in cultural geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 68, n. 1, p. 1-16, 1978.
- _____. Norteamérica. In: JOHNSTON, R. J., CLAVAL, P. (Eds.). *La geografía actual: geógrafos y tendencias*. Barcelona: Ariel, 1986. p. 181-201.
- MUGERAUER, R. Concerning regional geography as a hermeneutical discipline. *Geographische Zeitschrift*, v. 89, n. 1, p. 57-67, 1981.
- PAPAGEORGIU, Y. Y. Some thoughts about theory in the social sciences. *Geographical Analysis*, Columbus, v. 14, n. 4, p. 340-346, 1982.
- PARSONS, James J. Toward a more humane geography. *Economic Geography*, Worcester, v. 45, n. 3, 1969. Guest editorial.
- PICKLES, John. *Phenomenology, science and geography: spatiality and the human sciences*. Cambridge: Cambridge University, 1905. 202 p.
- PINCHEMEL, P., ROBIC, M. C., TISSIER, J. L. *Deux siècles de géographie française: choix de textes*. Paris: CTHS, 1984. p. 227-232.
- POCOCK, D. C. D. *Humanistic geography and literature: essays on the experience of place*. London: C. Helm, 1981A.
- _____. Place and the novelist. *Transactions of the Institute of British Geographer N. S.*, v. 6, n. 3. p. 337-347, 1981B.
- _____. Geography and literature. *Progress in Human Geography*, v. 12, n. 1, p. 87-102, 1988.
- POPPER, Karl R. *Conjectures and refutations*. London: Routledge, 1972.
- PORTEOUS, J. Douglas. Smellscape. *Progress in human Geography*. London, v. 9, n. 3, p. 356-378, 1985.
- _____. Bodyscape: the body-landscape metaphor. *Canadian Geographer*, Montreal, v. 30, n. 1, p. 2-12, 1986A.
- _____. Inscape: landscape of the mind in the Canadian and Mexican novels of Malcon Lowry. *Canadian Geographer*, Montreal, v. 30, n. 2, p. 123-131. 1986B.
- PRINCE, Hugh C. The geographical imagination. *Landscape*, Berkeley, v. 11, n. 1, p. 22-25, 1961.
- QUINNEY, Richard. A traveler on country roads. *Landscape*, Berkeley, v. 29, n. 1, p. 21-28, 1986.
- REES, Ronald. Geography and landscape painting: an introduction, to a neglected field. *Scottish Geographical Magazine*, Edinburg, v. 89, n.1, p. 147-157, 1973.
- _____. Images of the prairie: landscape painting and perception in the western interior of Canada. *Canadian Geographer*, Montreal, v. 20, n. 3, p. 259-278, 1976 A.
- _____. John Constable and the art of geography. *Geographical Review*, v. 66, n. 1. p. 59-72, 1976 B.
- _____. Landscape in art. In: BUTZER, K. W. (Ed.). *Dimensions of human geography: essays on some familiar and neglected themes*. Chicago: University of Chicago, 1978. p. 48-68.
- _____. Constable, Turner, and views of nature in the nineteenth century. *Geographical Review*, New York, v. 72, n. 3, p. 253-269, 1982.

- RELPH, Edward. An inquiry into the relations between phenomenology and geography. *Canadian Geographer*, Montreal, v. 14, n. 3, p. 193-201, 1970.
- _____. *Place and placelessness*. London: Pion, 1976. 156 p.
- _____. *Rational landscapes and humanistic geography*. London: C. Helm, 1981. 231 p.
- _____. Responsive methods, geographical imagination and the study of landscapes. In: KOBAYASHI, A., MACKENZIE, S. (Eds.). *Remaking human geography*. Boston: U. Hyman, 1989, p. 149-163.
- ROWNTREE, Lester. Ortodoxy and new directions. *Progress in Human Geography*, London, v. 12, n. 4, p. 575-586, 1988.
- SAARINEN, Thomas F. *Perception of environment*. Washington: AAG, 1969. 37 p.
- SACK, Robert David. Magic and Scape. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 66. n. 2, p. 309-322, 1976.
- _____. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University, 1986. 256 p.
- SAMUELS, Marwyn S. Existentialism and human geography. In: LEY, D., SAMUELS, M. S. (Eds.). *Humanistic geography: prospect and problems*. Chicago: Maaroufa, 1978. p. 22-40.
- _____. The biography of landscape: cause and culpability. In: MEINIG, D. W. (Ed.). *The interpretation of ordinary landscape*. New York: Oxford University, 1979. p. 51-88.
- SANGUIN, André-Louis. La géographie humaniste ou l'approche phénoménologique des lieux, des paysages et des espaces. *Annales de Géographie*, v. 90, n. 501, p. 560-587, 1981.
- SAUER, Carl Ortwin. On the backgrounds of geography in the United State. In: CALLAHAN, B. (Ed.). *Selected essays 1963-1975, Carl O. Sauer*. Berkeley: Turtle Island Foundation. 1981. p. 241-259.
- _____. The morphology of landscape. In: LEIGHLY, John (Ed.). *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California, 1983. p. 315-350.
- _____. Foreword to historical geography. In: LEIGHLY, John (Ed.). *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California, 1983 B. p. 331-379.
- SAYER, Andrew. Epistemology and conceptions of people and nature in geography. *Geoforum*, New York, v. 10, n. 1, p. 19-43, 1979.
- SEAMON, David. Phenomenological Investigation of imaginative literature. In: MOORE, G., GOLLEDGE, R. G. (Eds.). *Environmental knowing: theories, research and methods*. Stroudsburg: Dowden, 1976. p. 286-290.
- _____. Goethe's approach to the natural world: implications for environmental thought and education. In: LEY, D., SAMUELS, M. (Eds.). *Humanistic geography: prospects and problems*. Chicago: Maaroufa, 1978. p. 238-250.
- _____. Body-subject, time-space routines, and placeballets. In: BUTTIMER, A., SEAMON, D. *The human experience of space and place*. New York: St. Martin's Press, 1980. p. 148-165.
- SMITH, Neil. Geography, science and post-positivists modes of explanation. *Progress in Human Geography*, London, v. 3, n. 3, p. 356-383, 1979.
- SMITH, Susan S. Practicing humanistic geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 74, n. 4, p. 353-374, 1984.
- SONNENFELD, Joseph. Environmental perception and adaption level in the Artic, In: LOWENTHAL, D. (Ed.). *Environmental Perception and Behavior*. Chicago: University of Chicago, 1967. p. 42-59.
- STODART, David Ross (Ed.). *Geography, ideology and social concern*. Totowa: Barne & Noble Books, 1981A. 250 p.
- _____. The paradigm concept and the history of Geography. In: _____ (Ed.), *Geography, ideology, and social concern*. Totowa: Barne & Neble Books, 1981C. p. 70-80.
- _____. Ideas and interpretation in the history of geography. In: _____ (Ed.). *Geography, ideology, and social concern*. Totowa: Barne & Noble Books, 1981B. p. 1-17.
- THRIFT, Nigel. Literature, the production of culture and the politics of place. *Antipode*, Oxford, v. 15, n. 1, p. 12-24, 1983.
- THOMPSON, Donald L. New concept: subjective distance or store impressions affects estimates of travel time. *Journal of Retailing*, New York, v. 39, n. 1, p. 1-6, 1963.
- TUAN, Yi-Fu. Topophilia or, sudden encounter with landscape. *Landscape*, v. 11, n. 1, p. 29-32, 1961.

- TUAN, Yi-Fu. Can there be an existencial architecture? Architecture and human nature. *Landscape*, Berkeley, v. 13, n. 1. p. 16-19, 1963.
- _____. Attitudes toward environment: themes and approaches. In: LOWENTHAL, D. (Ed.). *Environmental perception and behavior*. Chicago: University of Chicago, 1967. p. 4-17.
- _____. Discrepancies between environmental attitude and behavior: examples from Europe and China. *Canadian Geographer*, Montreal, v. 12, n. 2, p. 176-191, 1968.
- _____. *Man and nature*. Washington: AAG, 1971 A. 49 p.
- _____. Geography, phenomenology and the study of human nature. *Canadian Geographer*, Montreal, v. 15, n. 2, p. 181-192, 1971B.
- _____. Environmental psychology: a review. *Geographical Review*, New York, v. 62, n. 2, p. 245-256, 1971A.
- _____. Structuralism, existentialism and environmental perception. *Environmental and Behavior*, v. 4, n. 3, p. 319-331, 1972B.
- _____. Ambiguity in attitudes toward environment. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 63, n. 4, p. 411-423, 1973.
- _____. Visual blight: exercises in interpretation. In: LEWIS, P., TUAN, Yi-Fu, LOWENTHAL, D. (Eds.). *Visual blight in America*. Washington: AAG, 1973 A. p. 23-27.
- _____. Place: an experimental perspective. *Geographical Review*. New York, v. 65, n. 2, p. 151-165, 1975A.
- _____. Images and mental maps. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 65, n. 2, p. 205-213, 1975B.
- _____. Humanistic geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 66, n. 2, p. 266-276, 1976. Publicado em português: A geografia humanística, na obra de Christofoletti, A. Perspectivas da geografia. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 143-164.
- _____. Literature, experience and environmental. In: MOORE, G., GOLLEDGE, R. G. (Eds.). *Environmental Knowing: theories, research and methods*. Strudsborg: Dowden, 1976A. p. 260-272.
- _____. Literature and geography: implication for geographical reflections. In: LEY, D., SAMUELS, M. (Eds.). *Humanistic geography: prospects and problems*. Chicago: Maaroufa. 1978A. p. 194-206.
- _____. Space, time, place: a humanistic frame. In: CARLSTEIN, T., PARKES, D., THRIFTI, N. (Eds.). *Making sense of time (timing space and spacing time 1)*. London: E. Arnold, 1978B. p. 7-16.
- _____. Space, and place: a humanistic perspective. In: GALE, S., OLSSON, G. (Eds.) *Philosophy in geography*. [S. l.]: D. Reidel, 1979. p. 387-427. Publicado originalmente no periódico: *Progress in Geography*, n. 6, p. 211-252, 1974.
- _____. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980. 288. p. Tradução de: *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1974. 260 p.
- _____. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p. Tradução de: *Space and place: the perspective of experience*. Minneapolis: University of Minnesota.
- _____. *Dominance and affection: the making of pets*. New Haven: Yale University, 1984. 193 p.
- _____. *The good life*. Madison: University of Wisconsin, 1986. 191 p.
- _____. Space, time, place: a humanist frame perspective.
- _____. Surface phenomena end aesthetic experience. *Annals of the Association of America Geographers*, v. 79, n. 2, p. 233-241, 1989.
- _____. Realism and fantasy in art, history and geography, *Annals of the Association of America Geographers*, v. 80, n. 3, p. 435-446, 1990.
- VAN DER LAAN, Lambert, PIERMA, Andries. The image of man: paradigmatic cornerstone in human geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 72, n. 3, p. 411-426, 1982.
- WHITE, Gilbert F. *Human adjustment to floods*. Chicago: University of Chicago, 1945.
- WRIGHT, John Kirtland. *Terrae incognitae: the place of the imagination in geography*. *Annals of the Association of America Geographers*, v. 37, n. 1, p. 1-15, 1947. Publicado em espanhol: *Terrae incognitae: el lugar de la imaginación em geografia, na obra de Randle, P. H. Teoria de la geografia*. 2. ed. Buenos Aires: GAEA, 1984. Parte 2.
- _____. *Human nature in geography*. Cambridge: Harvard University, 1966. 361 p.
- XIAO-LUN, Wang. Geography and chinese poetry. *Geographical Review*, New York, v. 80, n. 1, p. 43-55, 1990.

RESUMO

Este trabalho acompanha a trajetória da geografia humanista nos países anglo-saxônicos, desde o aparecimento das primeiras idéias humanistas, nos anos 50, até os dias de hoje.

São analisados artigos de pioneiros como Sauer, Wright, Lowenthal e Tuan, e o livro esquecido de Dardel.

Acompanha-se o interesse pela percepção ambiental e pela imaginação geográfica, que uniu, no início dos anos 60, os protocombamentalistas e os proto-humanistas.

Detivemo-nos na tentativa de individualização de um campo humanista, nos anos 70, com a escolha de uma base fenomenológico-existencialista.

Comentamos a abordagem do mundo cotidiano e a eleição de lugar como conceito privilegiado que levaria a geografia humanista a ser reconhecida pela mídia em meados da década de 70.

Analisamos as críticas e os dilemas por que passou esta corrente durante os anos 80, bem como sua relação com a geografia social, cultural e marxista.

Em suma, é na análise do processo de surgimento, afirmação, consolidação, reconhecimento e difusão da geografia humanista, assim como na avaliação de sua contribuição com novas perspectivas epistemológicas e ontológicas para a geografia contemporânea, a que se dedicam as páginas desse artigo.

ABSTRACT

This work tries to follow the trajectory of the humanistic geography in the anglo-saxons countries, from the appearance of the first humanistic ideas in the fifties to the present days.

The articles by pioners as Sauer, Wright, Tuan and Lowenthal are analysed in detail, and the forgotten book by Dardel.

We follow the interest in the environmental perception and in the geographical imagination that joined in the early sixties the proto-behaviourists and the proto-humanists.

We try to set the individualization of a humanistic field in the seventies, with the choice of a phenomenological-existentialist basis.

We comment on the approach of the everyday world and the election of place as a privileged concept which would take the humanistic geography to become acknowledged in the middle seventies.

We analyse the critiques and the dilemmas by which passed this trend during the eighties, as well as their relations with the social, cultural and marxists geographers.

In summary, this work dedicates its pages to the analysis of the process of the appearance, statement, consolidation, acknowledgement and expansion of the humanistic geography, as well as in the evaluation of its contribution with new epistemologic and ontologic perspectives for the contemporary geography.